



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Karollyne Kerol de Sousa

**Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em
situação de acolhimento institucional**

Uberlândia - MG

2010

Karollyne Kerol de Sousa

**Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em
situação de acolhimento institucional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Uberlândia - MG
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S725e Sousa, Karollyne Kerol de, 1983-
Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de
crianças em situação de acolhimento institucional [manuscrito] / Ka-
rollyne Kerol de Sousa. - 2010.
114 f.
- Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.
1. Psicologia aplicada - Teses. 2. Psicanálise - Teses. I.Paravidini,
João Luiz Leitão. II.Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III.Título.

CDU: 159.99

Karollyne Kerol de Sousa

**Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em
situação de acolhimento institucional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini
Orientador (UFU)

Prof^ª. Dra. Anamaria Silva Neves
Examinadora (UFU)

Prof^ª. Dra. Conceição Aparecida Serralha
Examinadora (UFTM)

Uberlândia, 8 de Outubro de 2010.

Dedico este estudo a todas as crianças em situação de acolhimento institucional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me conceder serenidade neste caminho de encontros e desencontros.

Aos meus pais, Eliana, Luis Carlos e Sandra, por serem a sustentação da minha caminhada.

Aos meus irmãos, Laura, Arthur, Isabella e Anna Clara, pela amizade e alegrias compartilhadas.

Ao meu noivo, José Daniel, que acolheu todas as minhas angústias.

Aos meus padrinhos, Helena e Maurício, que cumpriram honrosamente a função de padrinhos.

À minha amiga de vida e de profissão, Marcionila Rodrigues da Silva Brito, que acreditou em mim desde os meus primeiros passos profissionais e me ensinou, com tanto carinho e cuidado, a importância do olhar.

Ao meu orientador, João Luiz Leitão Paravidini, que tanto contribuiu para a descoberta do meu próprio desejo.

À minha supervisora, Maruzza, sempre tão disponível, e que tanto tem me ajudado a constituir minha identidade profissional.

Ao casal Cristiano e Carolina Lima, que me receberam de forma gentil e confortante e me incentivaram nesta incrível tarefa do pensar.

Às futuras psicólogas, Ana Cecília e Layla, já encarnadas na função de compreender o outro, e que tanto me ajudaram na transcrição das entrevistas e no mergulho no conteúdo delas.

À Dra Édila Manosso, Vera e Janice, profissionais que me abriram as portas para aprender e contribuir em suas práticas, tão importantes para a nossa comunidade.

A todos os participantes deste estudo, que me permitiram olhar, e não apenas ver.

RESUMO

Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional

Sousa, K.K.; Paravidini, J.L.L.

Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia

2010

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo principal buscar uma compreensão dos mecanismos psíquicos envolvidos nos modos de vinculação constituídos e constituintes do processo de apadrinhamento. O apadrinhamento é uma prática de voluntariado vigente em algumas instituições de acolhimento a crianças no Brasil. Apesar de não existir uma definição jurídica para o termo, o apadrinhamento pode ser descrito como uma forma de proporcionar às crianças institucionalizadas vínculos significativos, próximos aos que elas deveriam ter com os familiares. Isto não quer dizer que, na realidade, esta experiência ocorra dessa maneira. Percebe-se que o apadrinhamento tem sido usado como um dispositivo para preencher lacunas existenciais de ambos os lados, pela via da criança e do padrinho. No estudo realizado, depois de efetuarmos um percurso pela constituição subjetiva e pelos movimentos de um sujeito contemporâneo premido por ideais de felicidade, foram analisados o caso clínico de uma criança apadrinhada e quatro entrevistas com madrinhas de crianças institucionalizadas. O método empregado, tanto para a realização da pesquisa quanto para a análise dos resultados, foi o método psicanalítico. A partir de analisadores elencados por meio do caso clínico e das entrevistas, dados importantes foram construídos referentes à forma de se relacionar promovida pelo apadrinhamento: exaltação de práticas de voluntariado, correlacionadas a sentimentos nobres como a bondade e o amor ao próximo; um narcisismo exacerbado como tentativa de recuperar a onipotência sentida nos primórdios da existência; a sedução que perpassa o relacionamento entre padrinho e criança institucionalizada; a ambivalência de sentimentos despertados nesta relação; e semelhanças do apadrinhamento com o processo de adoção, no que diz respeito à busca pelo filho ideal, que se estende à procura pelo padrinho ideal e pelo afilhado ideal.

Palavras-chave: apadrinhamento; crianças institucionalizadas; mecanismos psíquicos; psicanálise.

ABSTRACT

Expectations and frustrations in the process of acting as a godfather of sheltered children

Sousa, K.K.; Paravidini, J.L.L.

Institute of Psychology - Federal University of Uberlândia

2010

This research had as principal objective search for an understanding of the psychic mechanisms involved on the process of acting as a godfather of sheltered children. The practice of acting as a godfather is a voluntary service prevailing in some host institutions in Brazil. Although there is no legal definition for the term “to act as a godfather”, it can be described as a way to give children significant bonds, those which they should had with family members. It doesn't mean that works this way. It can be noticed that the practice of acting as a godfather has been used as a way to fill existential gaps on both sides. After a tour for the subjective constitution and for the movements of a contemporaneous person asked about happiness ideals, we analyzed a clinical case of a godson and four interviews with godmothers of sheltered children. The method used for the research and for the analysis was the psychoanalytic method. From analyzers listed in the clinical case and interviews, important data were constructed about the way of relationship fostered by the act of been godfather: the exaltation of volunteering practices, correlated with noble feelings like the goodness and the love for the other one; an exacerbated narcissism as an attempt to recover the omnipotence felt in the beginning of life; the seduction that permeates the relationship between the godfather and godson; the ambivalence of feelings aroused in this relationship; and similarities of the act of been a godfather with the adoption process, according to the search for the ideal son, that extends to the search of the ideal godfather and the ideal godson.

Key-words: the practice of acting as a godfather; sheltered children; psychic mechanisms; psychoanalysis.

Ostra feliz não faz pérola

A ostra, para fazer uma pérola, precisa ter dentro de si um grão de areia que a faça sofrer. Sofrendo, a ostra diz para si mesma: “Preciso envolver essa areia pontuda que me machuca com uma esfera lisa que lhe tire as pontas...” Ostras felizes não fazem pérolas... Pessoas felizes não sentem a necessidade de criar. O ato criador, seja na ciência ou na arte, surge sempre de uma dor. Não é preciso que seja uma dor doída... Por vezes a dor aparece como aquela coceira que tem o nome de curiosidade.

Rubem Alves

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO - O nascimento, a alienação e a separação: um caminhar pela pesquisa	pg. 12
2 - ADOÇÃO E APADRINHAMENTO : Complementos e controvérsias entre Direito e Psicanálise	pg. 21
3 - A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA : Os contornos necessários à subjetivação	pg. 27
3.1 - A relação com o outro como fundamento da constituição psíquica	pg. 27
3.2 - Da falta constitutiva à lacuna psíquica: quando o nascimento de um sujeito psíquico é perturbado ou interrompido	pg. 31
3.3 - O narcisismo: componente necessário à subjetivação	pg. 36
4 - O SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE : Os contornos imprecisos da condição humana	pg. 45
5 - O MÉTODO PSICANALÍTICO	pg. 59
6 - PERCORRENDO AS TRILHAS DA ILUSÃO-DESILUSÃO	pg. 62
6.1 - Maria e o pássaro encantado	pg. 62
6.2 - Encontros e desencontros de Maria	pg. 70
7 - MÁ-DRINHAS OU BOA-DRINHAS?	pg. 78
7.1 - O apadrinhamento como um lugar de miserabilidade afetiva	pg. 80
7.2 - Entre o ideal e a desilusão: um contorno sobre os diversos lares	pg. 86
7.3 - Um amor condicional: a parcialidade presente no vínculo entre padrinho e criança-institucionalizada	pg. 91
7.4 - O discurso sobre o bem: a onipotência revestida de bondade e a mercantilização das relações	pg. 94

7.5 - De sujeitos a “dignas de dó”: uma posição aprisionadora	pg. 98
8 - MÃE, MADRASTA E MADRINHA: As três faces maternas em uma história sem fim	pg.102
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg.108
10 - REFERÊNCIAS	pg.112
ANEXO I	
ANEXO II	

*“Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que
você não conhece como eu mergulhei. Não se
preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer
entendimento”.*

Clarice Lispector

1 – INTRODUÇÃO: O nascimento, a alienação e a separação: um caminhar pela pesquisa

O nascedouro desta pesquisa se deu por meio de atendimentos psicoterápicos a crianças institucionalizadas na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Na época, eu atendia crianças de um abrigo específico desta mesma cidade. A realidade daquelas crianças fez-me pensar como era possível nascer ali um sujeito desejante, diante dos percalços do tempo e das rupturas de vínculos vivenciadas por elas.

Apesar da singularidade característica de cada uma das histórias de crianças em situação de acolhimento institucional, um contexto abrangente se faz presente. Uma jornada marcada por violências, negligências, abandonos, sejam eles físicos e/ou psíquicos, contornada por um lugar, a instituição familiar. Esta, por sua vez, carrega consigo condições de vida precárias, também marcada, muitas vezes, pelos mesmos infortúnios vivenciados pelas gerações de filhos, como uma corrente que se arrasta demarcando e delimitando destinos.

As instituições de acolhimento a crianças em situação de risco psicossocial funcionam como uma tentativa de proteger a infância desvalida. São lugares constituídos por um corpo de funcionários denominados cuidadores, envolvidos na tarefa de acolher e cuidar das crianças separadas de suas famílias de origem, como as mães sociais, responsáveis pelo cuidado diário das crianças, além de assistentes sociais, pedagogas, psicólogas, coordenadores, motoristas, entre outros. São comumente instituições sustentadas por entidades não governamentais, como igrejas, por exemplo. As crianças frequentam escolas e possuem atividades de lazer, como passeios fora da instituição.

Mesmo com sua estrutura física e material, sabemos que a instituição de acolhimento não pode suturar todas as marcas psíquicas de sofrimento oferecendo abrigo, roupas e

mantimentos às crianças. Como todo ser humano, elas necessitam construir e manter laços vinculares, relações significativas com pessoas que se enderecem a elas e a quem elas possam também se endereçar. É necessário que advenham desses vínculos experiências de afeto, de gratificações e de frustrações, que, combinadas, possam permitir a simbolização desses laços no imaginário das crianças. É nesse sentido que me proponho a pensar esse lugar chamado instituição de acolhimento, como possibilidade de subjetivações e não como destino de infelicidades e desatinos.

Foi um longo e tortuoso caminho para chegar até aqui. Muitas perguntas foram brotando em mim. As chamadas mães sociais, cuidadoras das crianças abrigadas, poderiam ser tomadas como mães substitutas? Por que os pais as abandonavam? Será que se poderia falar em abandono pelos pais quando as condições sociais ou psíquicas barravam a continuidade das relações?

Impregnada de leituras sobre a psicopatologia na infância resultante da perda repentina de vínculos de afeto significativos, explícitos em meu levantamento teórico, percorri trilhas de pessimismo, pensando que aquelas crianças que atendi durante o estágio na clínica, entre outras tantas, estavam fadadas a adoecer psiquicamente, caso não fossem salvas por um adotante. Mas o caminho que foi se revelando é que, a despeito das inúmeras psicopatologias encontradas nos estudos sobre crianças abrigadas, é possível, sim, alcançar formas subjetivantes, desejantes, almejantes de sonhos, de crescimento e de amadurecimento. A partir de então, meu olhar passou a ser destinado a novas direções. Percorrendo o espaço do abrigo, pude ver crianças que se apropriam de sentidos de existência, de vida e não de morte.

Eis que foram surgindo novas perguntas. O que acontece neste espaço que é capaz de sustentar a constituição de um psiquismo saudável? Que relações são estas que possibilitam as crianças se vincularem de modo tal que a subjetivação se torna possível? Que lugar é este que, mesmo sendo categorizado como um lugar de tantas faltas, propicia a emersão de sujeitos desejantes? Talvez eu não chegue a respondê-las, mas quero tentar atravessar tais sentidos ou ser atravessada por eles.

Foi durante a visita a uma instituição de acolhimento que algo me saltou aos olhos, algo não, alguém, os visitantes da instituição. Pessoas aparentemente preocupadas em exercer cidadania, fazer caridade, ou aliviar a culpa por ter mais do que precisam visitando quem tem menos, mas que, de alguma forma, convocam as crianças a comparecer em um campo de significação humana, já que os pequenos são capturantes de tudo que se coloca neste campo. Pensando nesses visitantes, minha atenção se volta a uma parcela significativa deles, os padrinhos de crianças institucionalizadas.

Mas o que vem a ser isto, padrinho de criança institucionalizada? Começemos pelo significado da palavra padrinho, da qual originou a expressão apadrinhamento, prática contemporânea presente em instituições de acolhimento. Padrinho é um termo de cunho religioso que significa pais e mães espirituais, que exercem a função de segundo pai e segunda mãe, de proteção. Na falta do pai e da mãe, são os padrinhos os responsáveis pelo cuidado e criação das crianças.

A palavra padrinho tem muito a nos revelar sobre as relações constituídas no campo da instituição. Na raiz de seu significado, diz sobre proteção, segundo pai e segunda mãe, vínculos, que até na semântica da palavra, remete ao pai, autoridade, soberano; palavra que

tem força moral, atravessada por um longo processo histórico, social, cultural e religioso, que deixou marcas, vestígios, que perduram até os dias de hoje, com novas roupagens. Mas há algo em sua essência que permanece. E é neste terreno que iremos nos debruçar. A que vem o apadrinhamento? Que forma de se relacionar é esta?

O apadrinhamento, prática presente em instituições de acolhimento, significa um modo de se estabelecer relações entre crianças institucionalizadas e visitantes da instituição, de tal modo que os padrinhos, como são chamados alguns visitantes, vão até as crianças, caracterizando a visitação, e as levam para passear, seja em suas casas, seja em outros lugares, sempre conotativos de lazer e prazer. Alguns, entretanto, levam para outras atividades importantes como atendimentos médicos, psicológicos e odontológicos. Há um padrinho para cada criança, normalmente um não pode ser padrinho ou madrinha de duas crianças ao mesmo tempo. Apenas uma é levada, a não ser que tenha irmãos e que o padrinho queira levá-los também. Este contexto leva-me a pensar no que move o desejo de apadrinhar e de ser apadrinhado, desejo que toca em nossa própria condição humana de desamparo, particularmente na minha como psicóloga, que até hoje atende crianças abrigadas, colocando-me, talvez, em um papel de madrinha que, ao mesmo tempo, necessita ser apadrinhada, como venho sendo ao longo desta jornada por colegas, amigos, supervisor, analista, orientador. O que sei a priori é que o desejo de ser apadrinhado está atrelado ao desejo de ser adotado, ao desejo de ser querido por alguém, desejo de ser o objeto de desejo de outrem.

A partir de uma lógica institucional, importa-me então pensar as relações interpessoais que ali se dão como uma possibilidade de estar tecendo novas configurações familiares, apesar de ser um ambiente com limitações, também presentes em muitos contextos familiares. A

despeito de a institucionalização de crianças afastadas, por diversas razões, de suas famílias biológicas ser uma medida de caráter excepcional e provisório, o que se sabe é que as crianças são colocadas ali por um tempo indeterminado, à espera de uma nova família ou de um retorno à sua própria família renovada. Parecem vivenciar, nesse lugar, relações familiares com uma estrutura diferente das famílias tradicionais, mas ainda assim familiares. Os padrinhos, visitantes, voluntários, funcionários da instituição e todas as crianças que ali estão, podem estar fazendo parte de um seio familiar. Como veremos adiante, “a função materna e paterna não se estabelecem por uma correspondência a personagens fixos” (Jerusalinsky, 2005, p.10). Pensando sob esta perspectiva, é nesse ambiente-mundo que estas se constituem psiquicamente. Resta a nós pesquisadores investigar a sustentabilidade do exercício das funções materna e paterna por essa *família extensa*, levantada por Jerusalinsky (2005).

Falemos um pouco da realidade das crianças abrigadas em Uberlândia. São 185 crianças e adolescentes vivendo em oito instituições de acolhimento hoje em Uberlândia (Silva, 2010). O interessante é que o número de candidatos à adoção ultrapassa o número de crianças e adolescentes abrigados. Isto quer dizer que, se não fossem as exigências dos candidatos, todos já teriam família, já que, agora, a destituição do poder familiar foi acelerada, em virtude das mudanças nas leis que regem este processo, que determinaram um tempo máximo de dois anos de permanência da criança na instituição.

A preferência da maioria dos candidatos brasileiros direciona-se a crianças de até três anos, de cor branca, saudáveis e que não sejam prematuras (Silva, 2010). Em Uberlândia, essas preferências se confirmam. Esses dados nos interessam, na medida em que deflagram uma questão fundamental à compreensão da prática do apadrinhamento: a busca pelo filho

ideal. De acordo com a responsável pelo cadastramento de candidatos à adoção, 95% das famílias brasileiras escolhem o perfil do futuro filho, ao contrário das famílias estrangeiras (Silva, 2010). Segundo a agente da Vara da Infância e da Juventude de Uberlândia, enquanto as famílias estrangeiras buscam crianças ou adolescentes para aumentar suas famílias, as brasileiras procuram uma criança para fazer de conta que tiveram um filho biológico e mostrarem-no para a sociedade. A comprovação desta realidade está no fato de que, no ano de 2009, 16 de 29 crianças foram adotadas por famílias estrangeiras, mesmo tendo prioridade as famílias do município, em seguida, do estado e depois, do país. A adoção internacional só é efetivada quando as outras possibilidades são descartadas.

Assim como veremos adiante, a adoção está intrinsecamente ligada à prática do apadrinhamento. Muitos padrinhos usam dessa função para optar ou não pela adoção. Parecem estar, pois, em busca do filho ideal.

Segundo relatos de profissionais da Vara da Infância e da Juventude de Uberlândia, a prática do apadrinhamento está suspensa, por falta de determinações legais. A principal justificativa desta suspensão é a de que o apadrinhamento tem prejudicado o funcionamento dos processos jurídicos e trazido complicações para as crianças, porque muitas pessoas se propõem a apadrinhar e depois, não mantêm o compromisso. Ainda segundo relatos de profissionais da área, são pessoas que, por diversas razões, se candidatam ou são chamadas pelas crianças a ocupar o lugar de padrinhos, levam as crianças para suas casas, passeiam com elas e, algum tempo depois, se afastam do posto assumido a princípio, deixando-as com sentimentos de tristeza e frustração. Além disso, cria-se uma expectativa na criança de que ela

poderá ser adotada pelos padrinhos, o que, geralmente, não ocorre, ou seja, a adoção não se concretiza, causando-lhe intenso sofrimento.

A partir do contato com a Vara da Infância e da Juventude, na tentativa de viabilizar o projeto, já que tudo o que se refere às instituições de acolhimento da cidade deve passar pelo seu crivo, surgiu a solicitação da juíza responsável pela vara para que eu ajudasse a estudar e a propor critérios e normas adequadas para se reorganizar o sistema de apadrinhamento. Foi uma oportunidade de criar um projeto que pudesse vir a subsidiar a prática do apadrinhamento, e que hoje resulta nesta pesquisa.

Todas as vivências que tive contribuíram para que eu pudesse me apropriar do meu objeto de pesquisa: os modos de vinculação constituídos e constituintes do processo de apadrinhamento. Geraram em mim questões que irei percorrer durante este processo investigatório.

Iniciarei o caminho caracterizando, brevemente, a situação da adoção no Brasil, intimamente ligada ao apadrinhamento, considerando que se trata de relações vinculares em um campo institucional, cuja premissa básica é a de propiciar um ambiente familiar a crianças abandonadas ou afastadas dos pais por razões extremas. As leis instituídas formalizam relações de poder e de convivência, no sentido de inserir tais crianças nesse novo lar, a partir da prática da adoção.

Em seguida, posiciono-me a refletir sobre a constituição do sujeito psíquico e sua possibilidade de amadurecimento emocional em um contexto institucional enfatizado por seu limitado aporte afetivo. Neste sentido, indago-me acerca dessa limitação, no intento de repensar um possível lar ideal, supostamente presente em uma família de moldes tradicionais.

Proponho-me pensar sobre as praticabilidades de construção de sentidos significativos à subjetivação na infância abrigada, por meio da relação das crianças com adultos que encarnam funções paternas e maternas, oferecendo-lhes um olhar simbólico constitutivo, como os padrinhos.

Logo me deparo com questões mais complexas, referentes às formas de vinculação presentes nas relações humanas. A relação das crianças institucionalizadas com os padrinhos vem denunciar a incessante trajetória do sujeito na busca pela felicidade, em que a submissão ao outro se configura como uma tentativa de reencontrar a perfeição perdida nos primórdios da existência. Essa relação gera sofrimento principalmente para as crianças, que se engajam em vínculos com os padrinhos que não se sustentam, por estarem voltados muito mais aos próprios interesses e necessidades, também não simbolizados, pois carecem de registros no psiquismo. Nesta direção, percorrerei conceitos como o narcisismo, a servidão voluntária, o masoquismo, dentre outras que me servirão de aporte teórico para pensar as formas de subjetivação em um campo institucional como este.

Posteriormente, abordarei o método psicanalítico como instrumento essencial de pesquisa, que me permite pensar as diversas manifestações do inconsciente nas relações entre padrinhos e crianças institucionalizadas.

A partir do método, analisarei um caso clínico de uma criança apadrinhada e quatro entrevistas com madrinhas dessas crianças. A partir de considerações alcançadas por meio de uma leitura psicanalítica do material investigado, poderei refletir sobre o tema central: A que vem o apadrinhamento? De onde enlaçarei o levantamento teórico e a experiência prática, que me permitirá ampliar horizontes de pesquisa.

Apesar de a denominação central deste estudo ser o “Apadrinhamento”, devido às circunstâncias com que me deparo durante o caminhar pela pesquisa, penso ser necessário revê-la, quem sabe até chamá-la, a partir de agora, de “Amadrinhamento”. Isso pela predominância da função madrinha, que percorre todo o estudo sobre esta prática vincular, o que, em última instância veio, mais uma vez, fazer-me olhar em direção às diferentes articulações do materno, presentes no desejo de tomar alguém em posição de afiliação.

Enfim, esse estudo tem, como objetivo geral, uma compreensão dos mecanismos psíquicos envolvidos nos modos de vinculação constituídos e constituintes do processo de apadrinhamento; e como objetivo específico, conhecer seus efeitos no psiquismo da criança.

2 - ADOÇÃO E APADRINHAMENTO: Complementos e controvérsias entre Direito e Psicanálise

O apadrinhamento está intrinsecamente relacionado à adoção, se considerarmos os pilares fundamentais de cada um e os desdobramentos para todos os envolvidos. Tal como na adoção, o apadrinhamento é, basicamente, uma prática que intenta proporcionar à criança vínculos alternativos significativos que contribuam para um desenvolvimento infantil saudável, por meio da convivência da criança com pessoas com quem não possui laços de sangue. Para que possamos compreender como se engendra a relação entre apadrinhamento e adoção, é importante traçarmos um breve panorama sobre a adoção no Brasil.

Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) destacam que a adoção, no Brasil, reconhecida pela lei jurídica, é recente. Segundo as autoras, a partir do início do século passado, com a instauração do Código Civil de 1917, a adoção passou a ser regulamentada. A despeito desse reconhecimento jurídico, a adoção ocorria e ainda ocorre nos moldes “à brasileira”, como alguns autores¹ denominam as práticas de adoção feitas sem um registro legal para se adquirir um vínculo filial. A adoção, pois, configura-se como uma forma de colocar crianças ou adolescentes em famílias substitutas, sendo que, para isto, estas devem estar livres do poder familiar, detido pelos pais biológicos (Mariano e Rosseti-Ferreira, 2008).

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitou maior atenção à infância e às condições peculiares de desenvolvimento em que esta classe se insere (Mariano e Rosseti-Ferreira, 2008). Além disto, determinou idade mínima de 21 anos para candidatos à adoção, desde que a diferença entre o adotado e o adulto seja de, no mínimo, 16 anos

¹ Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) e Vargas (1998).

(Mariano e Rosseti-Ferreira, 2008). A propagação de estudos sobre a adoção toma em consideração uma outra posição da criança, como um sujeito ativo nesse processo e não mais um mero coadjuvante das histórias de famílias que escolhem filhos. A criança também quer escolher seus pais. Oliveira (2010) aborda o tema da adoção como uma possibilidade de se construir uma família em que tanto a criança como os pais precisam se implicar na relação, “fazendo emergir os sentimentos de paternidade, maternidade e filiação” (p.22). Contamos, também, com os aspectos inconscientes em torno da adoção, antes desconhecidos e, ainda hoje, velados, especialmente pelos órgãos que lidam com a infância abandonada.

A partir de um estudo sobre as motivações dos adotantes, Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) concluíram que a infertilidade dos pais e o vínculo com a criança são as principais razões da busca pela adoção. O que nos interessa neste ponto não é a exatidão dessas conclusões, mas o fato de que elas tocam nas razões conscientes e inconscientes que envolvem, também, o desejo de apadrinhar uma criança. É por meio do vínculo que, muitas vezes, os padrinhos questionam o desejo de adotar, e é o vínculo que desperta na criança o desejo de ser adotada, e não apenas apadrinhada.

Levinzon (1999) efetuou uma investigação teórica e prática das razões inconscientes e dos mecanismos desencadeados no processo de adoção, tanto sob a perspectiva da criança como dos pais adotantes. A autora também fez uma observação particular sobre a questão da infertilidade desses pais. Levinzon enuncia que, na maioria dos casos, a adoção se refere a um vínculo entre uma criança que foi abandonada pelos pais biológicos e um casal que não pode ter filhos de sangue, por apresentar problemas de infertilidade, tal como apontaram Mariano e Rosseti-Ferreira (2008). Segundo estas autoras, uma adoção bem sucedida depende de como

os pais adotivos lidam com o luto pela infertilidade e pelo filho biológico, que não conseguiram gerar, e de que papéis atribuirão ao filho adotivo. Mas este não é o tema central de nossa investigação, apesar de ser extremamente relevante que se façam estudos para que compreensões mais abrangentes sejam alcançadas, haja vista que a infertilidade dos pais e os vínculos prévios à adoção não são os únicos motivos para se prosseguir em um processo de tamanha complexidade. O interesse nesta dinâmica diz respeito a como o processo de apadrinhamento adquire um funcionamento similar ao da adoção, um é perpassado pelo outro a todo o momento, o que nos leva a refletir sobre o modo de se vincular contemporâneo.

Nesse sentido, uma das hipóteses levantadas por Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) é a de que a adoção “pronta” é, nada mais nada menos, que a legitimação, na Justiça, de uma relação com a criança que já existia anteriormente. As autoras analisaram 110 processos de adoção na Comarca de Ribeirão Preto, e a hipótese se refere, especificamente, ao vínculo da criança com pessoas que foram conhecidas pela mãe biológica, o que facilitou o processo de adoção pelo vínculo. No presente estudo, atentamo-nos para a mesma questão, mas sob outra óptica: pessoas se vinculam a crianças ou adolescentes como padrinhos e, a partir desta função, fantasiam sobre uma possível adoção. Mediante visitas à instituição e passeios com as crianças apadrinhadas, os padrinhos podem construir laços afetivos com as crianças, e por meio deles, cogitarem a possibilidade de adotarem-nas.

Apesar das diferenças entre as adoções “à brasileira” e as adoções “prontas”, em que a segunda se refere ao registro jurídico do vínculo filial, enquanto, que na primeira, o aval da justiça não está presente, a pessoa simplesmente registra como filho legítimo uma criança que nasceu de outra pessoa, há inúmeras semelhanças entre elas que as aproximam do processo de

apadrinhamento: as possibilidades de se encontrar e escolher crianças. Isto vai contra o estatuto que rege a adoção pela qual as crianças não podem ser escolhidas. Existem alguns requisitos que devem ser preenchidos, como sexo, cor e idade. Mesmo assim, uma adoção “pronta” deve ser legitimada pela Justiça, se esta for solicitada (Mariano e Rosseti-Ferreira, 2008).

Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) concluem em seus estudos que, embora a Justiça priorize os privilégios das crianças em detrimento dos adultos, as adoções que vêm ocorrendo são guiadas por desejos e expectativas dos últimos, que buscam as características sonhadas para um filho, como os saudáveis, brancos e recém-nascidos, o que nos remete à busca pelo filho ideal. Vargas (1998) salientou a necessidade de um apoio emocional tanto para os pretendentes à adoção como para as crianças e suas famílias biológicas. Oliveira (2010) nos alerta no sentido de que a preparação das partes é fundamental para o sucesso de uma adoção. A complexidade do processo aumenta à medida que se faz presente um silêncio perante as angústias despertadas em cada uma das partes.

Entre desejos e expectativas, está o medo de que a criança adotiva carregue, em sua carga genética, as psicopatologias dos pais biológicos (Vargas, 1998). No apadrinhamento, existe o mesmo temor de que as crianças apadrinhadas sejam como seus pais, como veremos durante a análise das entrevistas com madrinhas. Este é um dos principais fantasmas em torno da adoção (Vargas, 1998). Quando a criança é mais velha, se torna um problema ainda mais complexo, devido à crença de que ela dificilmente se recuperará de todos os traumas vivenciados antes da adoção.

Sabemos que a maioria das crianças institucionalizadas tem idade superior a dois anos, tempo considerado como tardio no que diz respeito a possíveis adoções (Vargas, 1998). As crianças apadrinhadas são também comumente de idade maior que dois anos. Isto denota que elas podem ser estigmatizadas pelo tempo de “abandono”. Mas é importante esclarecer que o abrigo não quer dizer que viveram fora de um contexto familiar, pois as tentativas das instituições de acolhimento são de se configurar como um lar substituto, ainda que provisório.

Existe ainda o medo de que a criança retorne à família biológica, a percepção de que a sociedade possa censurar a família adotiva por não ter gerado fisicamente uma criança e a supervalorização do aspecto filantrópico da adoção, segundo um levantamento teórico de Vargas (1998). Alguns pais adotivos chegam a dizer para a criança adotada que sua mãe biológica morreu, para que esta não seja procurada pela criança (Schettini Filho, 1998). São aspectos intimamente relacionados ao apadrinhamento, já que as pessoas que decidem apadrinhar crianças são tomadas por esses mesmos sentimentos, principalmente relativos ao julgamento moral de seus atos, seja como cidadãos socialmente preocupados e, por isso, exaltados, seja por se proporem a estar com crianças que têm um passado “comprometedor”.

Outro ponto interessante abordado por Vargas (1998) refere-se ao sentimento de culpa das famílias adotivas por terem se beneficiado do infortúnio de outros. Isto faz com que sintam que devem ser perfeitas, melhores que os pais biológicos, colocando-se numa posição de onipotência perante o lugar que passam a ocupar na vida da criança. Mais uma questão que se assemelha ao apadrinhamento, em que os padrinhos se colocam como os “salvadores” de crianças “abandonadas”. Um dos enfoques teóricos de Vargas (1998) explicita sua

preocupação com o uso da adoção como uma busca de esconder a carência de ser pais, assumindo a postura de garantirem, de forma onipotente, a felicidade absoluta do outro.

Tal como acabamos de nos referir, abordaremos, neste estudo, as posições do outro no processo de constituição subjetiva e de vinculação contemporânea. Apesar de apresentarmos diferentes concepções teóricas, o que queremos salientar é o princípio da alteridade, representada pela mediação do outro como polo constitutivo do sujeito.

Nesse sentido, veremos como as convocações de pessoas interessadas em adotar ou apadrinhar crianças podem fazer com que estas se apropriem ou não de sentidos de existência. O que Oliveira (2010) destaca é que o sucesso de uma adoção está na permanência de um vínculo afetivo entre a criança e o adotante, o que poderemos refletir, a partir de um estudo sobre a prática de apadrinhamento.

3 - A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA: Os contornos necessários à subjetivação

3.1 - A relação com o outro como fundamento da constituição psíquica

É imprescindível pensar a constituição subjetiva, quando falamos em institucionalização infantil. Muitas crianças passam grande parte de suas vidas em instituições de acolhimento, o que nos leva a refletir sobre a importância do ambiente no seu processo de subjetivação e a relevância de estudos como este, no que diz respeito ao amadurecimento emocional em tais condições. Quando falamos em ambiente, queremos significar não só a estrutura física, mas, especificamente, as relações interpessoais que ali se articulam.

Partindo dos relacionamentos no âmbito da instituição de acolhimento, propomo-nos pensar a importância da família em suas diversas formas de configuração, bem como a função materna e paterna na contemporaneidade, ambos imbricados na constituição do psiquismo infantil.

Neves (2009) considerou a família como “o cenário das versões controversas sobre amor e agressão, confiança e abuso, respeito e invasão, legitimadas em histórias de vida protagonizadas por personagens oriundos das camadas populares” (p. 24). A família ideal, no discurso institucional, é bem diferente da que acabamos de mencionar, uma vez que os aspectos negativos apontados por Neves são tantas vezes negados. Neste prisma, podemos pensar que dificilmente a instituição de acolhimento a menores alcançaria status suficiente para ser tomada como um lugar familiar. O lugar é sempre outro que não a casa de origem ou o abrigo. É sempre distante, posto que idealizado.

Todavia havemos de considerar que a instituição de acolhimento configura-se como um lugar onde são encenadas histórias familiares, levando em conta a abordagem feita por

Neves sobre família. A família, ainda que em diferentes estruturas, é importante porquanto que humaniza o sujeito (Neves, 2009).

“A produção do ser psíquico é uma combinação associativa de aspectos intrínsecos e singulares, construídos a partir de introjeções e projeções estruturantes do processo de identificação e, ainda, determinada pela capacidade do ambiente externo se consolidar enquanto referência edificante e essencialmente decodificadora dos anseios da vida infantil, prioritariamente” (Neves, 2009, p.60).

Nesse contexto, o processo de identificação pode se dar por meio da relação das crianças com pessoas que encarnam funções maternas e paternas, que, segundo Jerusalinsky (2005), nem sempre são exercidas por pai e mãe biológicos. Outras figuras significativas podem encarnar a função de pai e mãe, dirigindo-se, segundo a autora, às demandas do bebê, permitindo que ele faça parte de uma ordem simbólica. É a partir desta função essencial do saber do outro, que o bebê irá se constituir, ou seja, um outro *encarnado*, que endereça a ele sentidos de existência. É esta primeiríssima relação com o grande Outro que irá direcionar os passos para as subsequentes relações, os pequenos outros seres com os quais a criança irá se vincular ao longo da vida. Vale ressaltar que esta não é uma relação de face única. A mãe, ou melhor, a pessoa que exercerá a função materna, enquanto Outro Primordial também precisa sentir a criança como objeto de seu desejo (Jerusalinsky, 2005).

Para além dessa relação dual, a mãe aponta para o pai (função paterna), que irá fazer a função de interditar este desejo, e, a partir daí, a atenção da criança irá se colocar em outras direções, assim como a da mãe, em caso de tudo transcorrer bem.

“Na medida em que o laço do bebê com a mãe se estabelece a partir de uma terceira ordem – a função paterna que endereça o bebê a um ideal-do-eu – que se dá lugar a que a relação do bebê com o Outro passe por uma progressiva alteridade que conduz

da mãe ao pai, do pai ao grupo familiar, da família ao social e cultural.” (Jerusalinsky, 2005, p.5)

O que está implicado nessas relações é o desejo de um Outro que atrela o sujeito a um Outro não anônimo, e não apenas um Outro como linguagem (Jerusalinsky, 2005). Assim como Jerusalinsky, Neves (2009) também chamou de alteridade esse desprendimento do Outro, que se dirige a novas direções vinculares, sendo esta fundamentalmente necessária à formação de um psiquismo saudável.

“A vida subjetiva dos sujeitos da família é constituída a partir de uma estrutura de alteridade e reciprocidade, o que significa dizer que o desprendimento da autoridade parental e fraterna é um movimento necessário mas angustiante” (Neves, 2009, p.62).

Winnicott (2000), por sua vez, vai designar tais relações de *mãe-ambiente*. Para ele, as crianças dependem de um *ambiente suficientemente bom* para que possam ter um desenvolvimento emocional saudável. Uma *mãe suficientemente boa* é aquela que sustentará seu bebê, concebendo-o como outro ser, envolvendo-se em um estado de devoção genuína, proporcionando a ele experiências fundamentais à descoberta da sua individualidade (Winnicott, 2000). Araújo (2007) aponta para uma função paterna, a que denominou de “ambiente pai”, delineada por Winnicott como sustentadora da função materna, uma função que permitirá que a mãe se envolva em um estado de devoção ao seu bebê, para que este se constitua como si mesmo. Araújo retoma uma consideração fundamental de Winnicott em que não há uma mãe suficientemente boa sem um pai suficientemente bom.

Winnicott (1979) nos esclarece mais sobre essa mãe-ambiente-mundo. Frisa que as crianças necessitam de um lar adequado com que se identifiquem, assim como precisam

demasiadamente de um ambiente emocional estável, em que possam ter a chance de realizar firmes e naturais progressos no devido tempo, no decorrer das fases iniciais do desenvolvimento.

Atualmente, sabemos que, muito além dos cuidados de alimentação e higiene, o bebê carece de um contato afetivo contínuo, advindo de uma figura constante - a mãe ou um cuidador substituto competente - com a qual estabelecerá relações de apego, que venha a assegurar e favorecer seu desenvolvimento (Boing & Crepaldi, 2004). A vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a figura materna ou mãe substituta (ou seja, uma pessoa que desempenhe, regular e constantemente, o papel de mãe) mostra-se fundamental à saúde mental do bebê. É um dos pontos essenciais deste estudo, em que nos perguntamos e nos propomos a investigar se o vínculo entre padrinho e criança institucionalizada pode funcionar como uma mãe-ambiente, que, de forma consistente, sustentará a criança rumo ao amadurecimento psíquico.

Winnicott (1993) salienta que “o objetivo do cuidado dispensado à criança é não apenas produzir uma criança saudável, mas também permitir que o desenvolvimento máximo de um adulto saudável seja alcançado” (p.376). Para que os bebês se tornem adultos saudáveis, independentes e socialmente preocupados, é preciso que lhes seja dado um bom princípio, assegurado na natureza pela existência de um vínculo, que é o amor entre “mãe”² e bebê (Winnicott, 1979). O mesmo autor acentua ainda que as bases desse vínculo são lançadas desde a vida intrauterina, e que tudo o que se passa com a “mãe” desde a concepção influencia no desenvolvimento psíquico do bebê. Winnicott alerta que ninguém poderá fazer esse papel

² A palavra mãe está entre aspas porque estamos nos referindo não necessariamente à mãe biológica, pode ser uma figura que desempenhe a função materna.

tão bem quanto a mãe biológica, mas que é possível que substitutas o façam suficientemente, de acordo com as necessidades do bebê.

Utilizando a função do *holding*, Winnicott (1990) explicita seus pensamentos acerca das necessidades primordiais de um bebê. O *holding*, para ele, é mais do que prover cuidados físicos satisfatórios (*handling*), já que inclui a percepção e empatia da “mãe” no cuidado com o seu bebê, tentando se colocar no lugar dele para conhecer suas reais necessidades, de modo a garantir-lhe uma *continuidade existencial*. Winnicott vai chamar as atitudes da “mãe” de *preocupação materna primária*, em que esta funciona como um *ego auxiliar* do seu bebê, até que ele consiga desenvolver suas próprias capacidades.

No mesmo sentido em que Jerusalinsky descreve, durante o *holding*, a “mãe” pode expressar todo o seu afeto em relação ao seu bebê e, concomitantemente, apresentar o mundo a ele, mediante a relação tempo e espaço, de modo que, aos poucos, ele esteja apto a integrar suas experiências de contato com objetos e fenômenos externos a ele, criando, assim, o seu próprio mundo (Winnicott, 1990). Nesta direção, abordaremos os possíveis desdobramentos de falhas do ambiente-mãe-pai-comunidade.

3.2 - Da falta constitutiva à lacuna psíquica: quando o nascimento de um sujeito psíquico é perturbado ou interrompido

Ao falar sobre a importância da “mãe” na formação de si mesmo (self), Winnicott (1990) nos explica que “o resultado de cada falha no cuidado materno é que a continuidade de ser é interrompida por reações às consequências desta falha, que resulta o enfraquecimento do ego” (p.51). Isto revela que quando as falhas ambientais ameaçam a continuidade existencial

da criança, ela se vê obrigada a se submeter às exigências do ambiente, deformando o seu *verdadeiro-self*, podendo construir, assim, o que Winnicott chamou de *falso-self*.

É fundamental refletirmos sobre como ficaria a formação do self das crianças em condição de acolhimento institucional. Com o funcionamento da “visitação” nessas instituições em que as crianças são a todo instante convocadas pelo olhar dos visitantes, particularmente os padrinhos, é pertinente pensar as formas de subjetivação que elas vão constituindo, visto que lhes interessa incrementar seu próprio desejo e o dos padrinhos em relação a elas.

Em contrapartida a esse olhar que convoca, é possível encontrar uma “mãe” incapaz de viver no mundo do bebê, sendo que o próprio bebê é que terá que viver no mundo desta (Winnicott, 1979). Partindo do ponto de vista de um observador superficial, bebês como estes podem alcançar algum progresso em seu desenvolvimento, mas, quando chegam à adolescência, ou mais tarde ainda, podem formular um protesto apropriado, ou poderão sofrer um colapso, ou só encontrarão a saúde mental numa atitude de rebeldia ou desafio. Em contraste, a “mãe” que se adapta às necessidades do bebê lança as bases para que ele estabeleça ricas relações com o mundo, quando a maturidade chegar (Winnicott, 1979).

Não apenas Winnicott, mas outros autores discorrem sobre a importância dessa “mãe” e do seu desejo implicado na relação com o bebê (Boukobza, 2002; Jerusalinsky, 2005; Bowlby, 1985). Para o primeiro autor, o prazer da “mãe” tem que estar presente na rotina de cuidados dispensados ao bebê. Se não há prazer, tudo o que se faz é monótono, inútil e mecânico (Winnicott, 1979). Para Boukobza (2002), o prazer sentido pela “mãe” em contato com seu bebê é o que desperta a libido dele. Enfim, de acordo com Jerusalinsky (2005), o

bebê precisa sentir que é portador de prazer para a figura materna e que proporciona satisfação a ela, sabendo-se amado, evitando um desamparo simbólico.

Se não fosse o papel protetor da “mãe” e do “pai”³, o mundo do bebê seria um lugar aterrador, já que possui temores de natureza primitiva, que se baseiam na expectativa de severas retaliações, e que precisam de continência durante suas primeiras experiências de vida (Winnicott, 1979). A “mãe” é necessária nessa fase por causa de seu valor de sobrevivência aos ataques do bebê (*crueldade primitiva*), o que faz com que ele realize uma fusão satisfatória da ideia de destruição do objeto com o fato de amar esse mesmo objeto, que, no caso, é a “mãe”. A criança se sente culpada, neste caso, pelos danos causados à “mãe”, mas como ela sobrevive aos seus ataques, é levada a sentir que terá oportunidade para recompensar e reconstruir o estrago. A “mãe” contribui para que a criança consiga aos poucos distinguir fantasia de realidade, por meio das suas sensíveis reações aos impulsos instintivos da criança. Todo o processo contribui para a construção de sua moralidade e integralidade (Winnicott, 1979).

Também para Bowlby (1985), a base do desenvolvimento da personalidade e da saúde mental é justamente essa relação complexa, rica e compensadora com a “mãe”, nos primeiros anos de vida. Quando tal relação é escassa ou inexistente, a criança sofre uma série de efeitos prejudiciais de acordo com o grau de privação (Bowlby, 1988). A falta de uma relação mais expressiva de afeto pode gerar angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, conseqüentemente, culpa e depressão. Como a criança pequena não sabe lidar com tais emoções, sua forma de reação às perturbações poderá resultar em distúrbios nervosos,

³ O pai aqui referido entre aspas também pode ser representado por outra pessoa que exerça a função paterna.

bem como na instalação de uma personalidade instável.

Bolwby (1988) considera que as privações emocionais ocorridas até três ou cinco anos de idade oferecem grande risco de danos psíquicos. Após esta faixa etária, a criança já desenvolveu alguns recursos próprios, como a linguagem e a locomoção, que podem minorar os efeitos das privações. Estes recursos próprios estão intimamente relacionados às primeiras relações com o Outro Primordial ou com uma mãe suficientemente boa.

Quanto a isso, havemos de destacar que o trauma vivenciado pelo bebê diante da separação precoce da mãe evidencia que ele experimentou uma ruptura na continuidade de vida, devido a sua extrema dependência da mãe. Sendo assim, suas defesas primitivas atuam contra a ansiedade que ele experimentara e contra o retorno ao estado agudo confusional próprio da desintegração da estrutura nascente do ego (Winnicott, 1975).

A perda do ambiente suficientemente bom é chamada por Winnicott (2000) de *deprivação*. Isto sinaliza que o bebê vivenciou uma boa experiência inicial, mas a perdeu. É por meio dessa experiência que o bebê vive uma desintegração psíquica, experimentando uma ansiedade impensável, que só poderá ser restaurada à medida que este readquirir confiança em alguém. Winnicott (1975) nos mostra que o mamar localizado da mãe ou figura substituta, em relação ao seu bebê, pode reparar a estrutura do ego que se desintegrou.

O nascimento é, para os bebês, uma experiência traumática, a primeira sensação de desamparo sentido pela perda de um lugar, em certa medida, constante e consistente. Um lugar não apenas físico, mas de amparo emocional, decorrente do envolvimento psíquico de algumas mulheres durante o período da gestação. Para os bebês abandonados, o nascimento representa um corte ainda mais radical em relação a tudo o que eles conhecem na vida

intrauterina: a voz da mãe, os ruídos de seu corpo, a voz do pai, o ambiente familiar, enfim, tudo aquilo que permite a um recém-nascido situar-se nos primeiros momentos de sua vida repentinamente desaparece (Boing & Crepaldi, 2004). É neste ponto que nos importa pensar que os vínculos construídos pelas crianças nas instituições de acolhimento necessitam ser constantes e consistentes, de modo que não se propicie a contínua emergência de condições des-subjetivantes por meio de (re) vivências de abandono ou separação, à semelhança das ocorridas com a família de origem.

Pensando sobre as exposições de Winnicott, entre outras mais que virão neste trabalho, corremos o risco de estigmatizar as crianças institucionalizadas, partindo da premissa de que possam ter sofrido com uma ausência não só física, mas também simbólica da mãe.

Entretanto não temos dados suficientes para afirmar que essa ausência de fato ocorreu para todas as crianças e que foi significativa o bastante para fadá-las ao sofrimento da não subjetivação. Pelo contrário, com um olhar mais atento, segundo nossas observações, encontramos, no ambiente institucional de acolhimento, crianças que se tornaram sujeitos desejanter, sonhadores, esperançosos por uma vida melhor.

Então, podemos nos respaldar no que expressa Winnicott sobre a importância dessa mãe-ambiente-mundo. Mesmo que de forma decadente quanto a condições físicas e psíquicas, em uma condição não ideal, essa mãe pode ter se colocado em uma relação desejante-desejado nas suas primeiras experiências, em que a criança se inscreve para, a partir daí, advir como sujeito. Vale ressaltar a relevância de não idealizarmos a relação do bebê com a mãe, como Chasseguet-Smirgel (1992) assinalará mais adiante, de que deve haver para o bebê um equilíbrio entre gratificações e frustrações, e não apenas a realização maciça de desejos, tal

como Winnicott (2000) também nos alertou. É na “falta” que o desejo se torna possível. Ao falar em uma mãe suficientemente boa, Winnicott (2000) nos leva a pensar justamente nesta mãe em condição não total, apenas suficiente para o seu bebê.

3.3 - O narcisismo: componente necessário à subjetivação

Boukobza (2002) esclarece que a boa saúde mental é aquela em que a mãe consegue, pelo seu equilíbrio narcísico, deslocar seu narcisismo para o seu próprio filho. Nesse sentido, a autora enfatiza o desamparo parental normal perante a chegada do bebê. Esse desamparo, nas palavras de Winnicott, enuncia que a mãe deve estar em boa saúde para se envolver nessa entrega narcísica, que pode ser comparada a uma doença passageira, e, para sair desse estado, quando o filho a liberar. Se o narcisismo da mãe for muito frágil, ela poderá sentir o bebê como uma ameaça para si mesma. Se a mãe não se reconhece narcisicamente em seu filho, devido à distância entre o filho sonhado e o filho real, torna-se impossível que ela dirija seus desejos a ele (Boukobza, 2002). Segundo a autora, esse desamparo normal era, antes, socialmente aceitável nas sociedades tradicionais, em que a mãe deveria permanecer em repouso após o parto, havendo mais tempo para se recuperar. As exigências para uma recuperação rápida obstruem o espaço para a vivência desse desamparo saudável. Neste mesmo sentido, Winnicott (2000) vai chamar a entrega narcísica de *devoção genuína*, como já salientamos, em que a mãe desenvolve uma doença necessária e “sadia” dirigindo-se ao seu bebê no intento de sustentá-lo.

Freud (1914) ressalta o narcisismo como uma condição necessária à subjetivação, “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de auto-preservação, que, em certa medida, pode, justificavelmente, ser atribuído a toda criatura viva.” (p.90)

Para Freud (1914), quando os pais fazem investimentos libidinais em seus filhos, estão se remetendo às suas próprias histórias de desejos edipianos. Resquícios dessas histórias persistem ao longo de toda a vida, revelando-se em muitos aspectos da vida adulta, inclusive, nas futuras escolhas objetais amorosas. O filho é concebido como continuidade de si, como um herdeiro e um prolongamento da própria existência. Segundo Freud, as pessoas podem amar, em conformidade com a forma narcísica de escolha, um objeto ou alguém que haja sido uma parte dela mesma.

Assim, Freud (1914) indica os caminhos para se escolher um objeto, o tipo anaclítico e o tipo narcísico. No primeiro deles, ama-se a pessoa que alimenta e/ou protege. No segundo, ama-se o que se é, o que se foi, o que se quereria ser e/ou alguém que foi parte do seu próprio eu, ou seja, a si mesmo. É oportuno salientar que a ocorrência de um desses caminhos não significa a ausência do outro, mas um deles pode prevalecer sobre o outro. A este respeito, Freud (1914) assinala que: “a finalidade e satisfação em uma escolha objetal narcisista consiste em ser amado” (p.115).

Freud (1914) declara que os pais, ao reviverem o seu narcisismo, atribuem ao filho todas as perfeições, inclusive concedem-lhe benefícios que nem eles mesmos mantiveram. “No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança” (p.108). Este lugar em que a criança é colocada, em relação ao narcisismo parental, é produtor de uma imagem que,

articulada com a percepção que a criança passa a ter de seu próprio corpo como imagem unificada, produz o que Freud (1914) denomina narcisismo primário ou eu ideal.

Garcia-Roza (2000) discorre sobre o período em que a criança se vê como unidade, chamado por Lacan de estágio do espelho, primeira imagem que dá forma ao eu. O eu é constituído também por projeções, expectativas e demandas dos pais em relação ao filho, pela qual instaura a lei externa, simbólica, que marca a relação com o outro por intermédio da linguagem (Garcia-Roza, 2000). O autor esclarece que esse estágio não se refere literalmente à imagem da criança perante um espelho, e sim, a uma relação com o outro, que permite com que ela demarque os limites de seu próprio corpo como totalidade, o que pode acontecer quando ela se encontra em frente de outra pessoa, identificando-se com esta.

A linguagem aqui mencionada não significa propriamente a língua falada, mas uma comunicação que estabelece vínculo e significado entre o sujeito e o Outro. Jerusalinsky (2005) vai dizer, que durante a infância, a forma como o Outro acolhe as respostas formuladas pelo sujeito tem um papel decisivo na constituição psíquica.

Retomando Freud (1914), o ego não existe desde o começo da vida erótica e da série prazer e desprazer, tem que ser desenvolvido. Freud nos alerta para o fato de que o erotismo a que nos referimos não coincide necessariamente com o nascimento biológico do ser. No início está presente o auto-erotismo, pulsão sexual que busca satisfação no próprio corpo. O ego, acrescentado ao auto-erotismo dá forma ao narcisismo, sendo difícil até separar o que é um do que é o outro. No auto-erotismo, o próprio órgão retira prazer dele mesmo, não há uma unidade corpórea, e sim, um corpo fragmentado.

Freud (1914) assinala que o amor de si mesmo, de um eu dotado de todas as perfeições provenientes, principalmente, das projeções dos pais, de uma imagem idealizada do eu, é o que vem a ser o ego ideal, que permanece, mesmo que transformado, na vida adulta. O indivíduo adulto tem seu narcisismo deslocado para este ego ideal, não quer perder a perfeição que outrora sentiu quando criança, e a ameaça de perdê-la o leva a tentar recuperá-la na forma de ideal de ego. O ideal de ego não é equivalente ao ego ideal, pois é externo ao sujeito, relacionado às exigências externas que o sujeito terá que satisfazer na busca por essa perfeição narcísica perdida na infância (Freud, 1914).

“O desenvolvimento do ego consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal.” (Freud, 1914, p.117)

Para Lacan, esse externo é o simbólico, o outro como falante, a lei que lhe é exterior, como os imperativos éticos transmitidos pelos pais (Garcia-Roza, 2000). Portanto, o ego ideal está na ordem do imaginário, da idealização, enquanto que o ideal de ego está situado no plano simbólico. Ainda segundo Lacan, quando falamos em escolha narcísica do objeto, este equivale ao ideal de ego, ou seja, o objeto amado é o mesmo que o ideal de ego (Garcia-Roza, 2000).

Lacan correlaciona o surgimento do narcisismo com o da agressividade (Garcia-Roza, 2000). Segundo ele, a criança, ao se identificar com a imagem do outro, aliena-se a esta e, para escapar desta situação de alienação, tende a destruir o outro na tentativa de recuperar o seu lugar, de onde advém a agressividade. Como já postulava Freud (1914), o desenvolvimento do ego só é possível quando a libido é deslocada para um ideal de ego, com

a emergência do sujeito e o enfrentamento da castração. O ideal de ego, como já dissemos, está fora, na lei, no campo simbólico, para além da relação dual alienada organizada sobre o plano do imaginário.

Winnicott (1975), por sua vez, vai falar em ilusão quando o bebê, em um estado de indiferenciação do outro, envolto no clima de *devoção materna*, cria o seu próprio mundo e se relaciona com objetos subjetivos, até que a desilusão ou diferenciação permita que ele se relacione com objetos *transicionais*, e depois, com objetos objetivos, percebidos como externos a ele.

Chasseguet-Smirgel (1992), estudiosa de Freud, discorre sobre o tema fundamental no estudo do funcionamento mental, o ideal de ego. De acordo com a autora, quando a criança se separa da mãe, durante o processo conhecido como separação-indivuação, ela perde sua onipotência originária. Percebe-se, então, dependente e frágil e, por toda a vida, busca preencher a lacuna que foi instaurada a partir daí, entre o ego e o ideal de ego.

É importante explicar que a existência do ideal de ego faz parte do processo de maturação do aparelho psíquico (Chasseguet-Smirgel, 1992). A autora destaca, fundamentada em Freud (1914), que a onipotência narcísica que existia nos primórdios nada mais era que o ego equivalente ao seu ideal. A experiência do desamparo rompe com a ilusão de completude, mas, a partir das relações parentais, a criança passa a idealizar os pais como forma de recordar a perfeição que perdeu. A autora define a idealização como um processo em que o objeto é engrandecido e exaltado psicologicamente, preservando sua natureza.

À medida que os pais vão deixando de ser idealizados, o sujeito começa a buscar outros objetos para idealizar, na busca incessante de recuperar a plenitude experimentada nos

primórdios (Chasseguet-Smirgel, 1992). Eis que surge um destes objetos, a felicidade. Segundo a autora, o inatingível ideal de felicidade é perseguido e exaltado pelo sujeito, provocando insatisfação e frustração. Mas essa busca incessante, muitas vezes, leva o sujeito a usar o objeto a seu favor como deseja, esbarrando nos interditos do superego. A perversão vem, então, para coroar a relação em que o outro é usado para satisfazer as necessidades pulsionais do sujeito, de forma a desconsiderar o desejo do outro. É uma relação não simbolizada, como uma descarga de pulsões que não podem ser pensadas, mas apenas realizadas, atuadas. O outro é, assim, desconsiderado em sua dimensão de sujeito desejante, é, pois, apenas objeto do desejo do outro.

“O ideal do ego impõe severas condições à satisfação da libido por meio de objetos, pois ele faz com que alguns deles sejam rejeitados por seu censor como sendo incompatíveis. Onde não se formou tal ideal, a tendência sexual em questão aparece inalterada na personalidade sob a forma de uma perversão. Tornar a ser seu próprio ideal, como na infância, no que diz respeito às tendências sexuais não menos do que às outras – isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade.”
(Freud, 1914, p.118)

Chasseguet-Smirgel (1992) assinala que a perversão e o ideal do ego vêm para buscar apagar o limite da realidade que barra o desejo de expansão infinita do homem. Muitos dos ideais do homem, como amar e ser amado, ter belos filhos, ganhar dinheiro, são uma tentativa de reduzir a distância entre o ego e o ideal de ego, uma forma de reencontrar a perfeição perdida (Chasseguet-Smirgel, 1992). A autora menciona a presença da atitude de sedução da mãe em relação à criança na etiologia das perversões, assim como Freud (1933), que descreveu a mãe como a primeira sedutora na vida da criança, que oferece seu seio, seu calor,

os quais passamos a vida tentando recuperar, uma mãe *fálica*, idealizada, em quem nada faltava.

Chasseguet-Smirgel (1992), tal como Winnicott (2000), salienta que a criança deve ter gratificações suficientes para que não necessite voltar atrás em seu desenvolvimento psíquico, ao mesmo tempo em que necessita de frustrações suficientes para que não precise se fixar em algum estágio desse desenvolvimento. O Ideal de Ego articula o princípio do prazer com o princípio de realidade, daí sua ligação com o superego, que vem para dar nome ao real, em detrimento do prazer onipotente (Chasseguet-Smirgel, 1992).

Cabas (1982), ao discorrer sobre a constituição da subjetividade, desde o princípio, aponta que a primeira operação edípica, fundamental para a formação do psiquismo, é regida pela mãe por intermédio da relação com seu filho, a partir de construções teóricas que complementam as noções acentuadas pelos autores citados ao longo deste estudo. Para Cabas, os investimentos maternos operam no sentido de transformar um organismo biológico em um corpo erógeno. Este processo só é possível à proporção que o filho se engaja nas demandas do Outro, como salientou Jerusalinsky (2005). Este Outro, chamado por Lacan de Outro Primordial, pode estar encarnado na figura de um pai, uma mãe, uma instituição, uma história familiar, desde que estas figuras lhe confirmem sentidos, demandas para que o bebê possa advir como sujeito (Fernandes, 2000). Sendo assim, no processo de erogeneização, a mãe ou figura substituta precisa vencer a resistência do organismo, já que este, na condição organismo vivo, busca manter um equilíbrio que pode ser desorganizado pela invasão do desejo, que o torna um corpo erógeno (Cabas, 1982).

Esse engajamento do filho nos investimentos narcísicos maternos ocorre em forma de alienação, como já foi mostrado, uma identificação com a imagem do outro (ego ideal), que só será barrada a partir do momento em que a mãe se dirige a outros interesses. Quando assim se configura, quando o Outro barra a onipotência materna e o bebê pode, então, sentir que algo lhe falta, esta última torna-se a condição propulsora de sua constituição psíquica como um sujeito de desejo. Este outro responsável pela castração é denominado por Freud de ideal do ego, constituído pelas exigências externas já assinaladas, veiculadas pela linguagem, em que a fala dos pais torna-se porta-voz da lei e da moral (Garcia-Roza, 2000).

Os autores anteriormente citados discorrem sobre a importância da construção de laços primordiais entre a “mãe” e o seu bebê, que remete ao início da constituição subjetiva deste. O que podemos perceber é que, no entanto, a clínica e o trabalho institucional com crianças indicam a possibilidade de esses marcadores simbólicos fundamentais serem mantidos ou retomados, a partir da relação da criança com adultos que lhe ofereçam cuidados significativos, abrindo a possibilidade de uma ressignificação das experiências traumáticas que viveram.

Estudiosos como Bolwby, Winnicott, dentre outros já apontados, exploram também os possíveis danos psicológicos às crianças institucionalizadas, separadas de suas famílias de origem. Mas a pergunta que põe em xeque tantas afirmações sobre a existência de psicopatologias infantis, nesses casos, é: que subjetivações são estas que se mostram possíveis neste campo institucional? Pois é realidade efetiva que grande parte das crianças que vivem nesses espaços produz modalidades singulares de subjetivação. Sendo assim, não seria

limitador por demais seguir o raciocínio que supõe uma relação causal direta entre abandono e psicopatologia?

Um breve percurso sobre a constituição psíquica fornece-nos as bases fundamentais para introduzir o campo das relações contemporâneas, uma vez que nos interessa não apenas compreender a importância dos padrinhos no processo de subjetivação das crianças institucionalizadas, mas também a lógica em que estão inseridas tais relações. Para tanto, arriscar-nos-emos a adentrar o complexo campo de subjetivação contemporâneo.

4 - O SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE: Os contornos imprecisos da condição humana

Guiada por inquietações advindas da observação de relações presentes nas instituições de acolhimento, particularmente no que diz respeito ao vínculo entre criança institucionalizada e visitante da instituição, proponho-me a refletir sobre o que leva um sujeito a se engajar em uma relação desta ordem, ou seja, a que vem o apadrinhamento? Nesse prisma, buscaremos compreender as formas de subjetivação que se dão neste campo, marcadas pela exaltação de práticas assistencialistas, como o voluntariado, que servem a uma lógica bastante complexa, sob a qual iremos nos debruçar.

Começemos por definir os pressupostos que guiam nossa compreensão de sujeito. Kehl (2002) nos traz a noção de um sujeito freudiano dividido, “desgarrado das grandes formações sociais estáveis” (p.60), um sujeito que desconhece suas determinações íntimas e as forças sociais que o atravessam.

Pinheiro (2003) também se propôs a pensar a condição em que se encontra o homem contemporâneo, em estado conflitivo, colocado em uma posição de insuficiência. A autora aborda a questão das exigências, da predominância de um eu que precisa arcar com tudo, um eu que deve ser senhor do seu destino, moldado por ideais de felicidade, de expansão, de realização constante, em que qualquer deslize é sinal de fracasso e de insuficiência. Kehl (2002) opina sobre este mesmo fenômeno, em que o sujeito, voltado para os ideais de felicidade, sofre por se sentir culpado por não ser feliz como deveria. Tudo isto no sentido de ludibriar a castração, na busca incessante de tamponar a falta, ignorando que esta é a condição de existência de seu desejo (Kehl, 2002).

Freud (1929) já nos levava a pensar nessa direção, quando percorreu o campo da subjetividade humana. Para ele, a busca pela felicidade é basicamente uma imposição do princípio do prazer em contraposição ao princípio de realidade, sendo que este nos impulsiona a abrir mão de nossos impulsos instintivos para adentrar o convívio social. É de suma importância compreendermos que ambos os princípios coexistem e, por isso mesmo, uma tensão se forma, a partir dessa renúncia libidinal parcial, que inclui uma renúncia ao impulso da agressividade, latente desde os primórdios de nossa existência. A agressividade se volta, assim, ao próprio ego, já que não pode ser totalmente atuada, sendo assumida por uma parte dele e pelo superego, que sob a forma de consciência⁴, volta-se com a mesma força agressiva contra o ego.

O ego é o regulador das instâncias id, ego e superego (Freud, 1924). Este último, por sua vez, faz exigências ao ego que têm origem nos primeiros impulsos do id e no mundo externo, sendo que introjetou deste a força, a severidade e a necessidade de comandar e punir. O superego é o herdeiro do complexo de Édipo e, portanto, a fonte de nossa moralidade (Freud, 1924).

Sabemos que o homem necessita de um grande esforço para limitar seus instintos agressivos, para favorecer a vontade social em detrimento de seus desejos individuais, afinal, o que está em jogo é a luta de interesses entre a auto-preservação e as exigências libidinais (Freud, 1929).

O sentimento de felicidade, que equivale a satisfação de instintos não domados pelo ego, é muito mais intenso que um instinto que o ego tenha conseguido domar. Daí uma das

⁴ Não podemos falar em consciência sem a presença da instância superego.

possíveis explicações para a atração das pessoas por coisas proibidas, como é o caso dos instintos perversos (Freud, 1929). A não satisfação dos impulsos instintivos se traduz em um sentimento de frustração por não exercermos sobre o outro tudo aquilo de que gostaríamos (Freud, 1929). É a partir desses pilares que buscaremos compreender a lógica de submissão ao outro e o uso do outro como objeto de gozo.

Kehl (2002) fala de um sujeito contemporâneo que é, ao mesmo tempo, “centrado no *eu* e carente de *ser*” (p. 39). Para essa autora, carente de ser não significa, necessariamente, carente de pai. Acontece que a filiação já não sustenta todo o campo simbólico em que está situado o sujeito. Além do mais, este sujeito carece de ser o falo do Outro, aquilo que falta ao outro, como na relação entre a mãe e o seu bebê, em que um precisa representar o que falta ao outro, no sentido de completá-lo, numa posição de gozo que nunca é absoluta, mas que se traduz em uma busca por satisfação.

Kehl (2002) acrescenta que estamos vivendo uma crise ética contemporânea. Segundo a autora, esta crise situa-se em duas vertentes: o reconhecimento da lei e a desmoralização do código. A lei aqui referida é aquela que funda a nossa condição de existência, calcada na renúncia ao gozo ilimitado, que demarca e legitima nossa vida em sociedade. Esta lei se inscreve no psiquismo por meio da linguagem, como abordamos no capítulo sobre a constituição subjetiva. O código aqui apresentado refere-se, diferentemente da lei, às formas de comportamento guiadas por dispositivos inseridos nas culturas, dispositivos que têm autoria e que são disseminados por intermédio de veículos como os meios de comunicação. O imperativo do gozo está no centro desta crise ética contemporânea. “*O que o apelo contemporâneo ao gozo faz é dificultar o nosso reconhecimento da lei, por falta de uma base*

discursiva que confira apoio e significado à impossibilidade de gozo.” (Kehl, 2002, p.15) Isto produz angústia e violência, mas não quer dizer que as pessoas estejam totalmente indiferentes ao imperativo da lei. Assim como há uma impossibilidade no gozo absoluto, é impossível renunciar a ele completamente. Isto significaria assegurar que não houve entrada do sujeito no mundo simbólico, por meio da linguagem (Kehl, 2002).

Kehl (2002) levanta questões como o discurso sobre o amor ao próximo retomando Freud e Lacan, em uma perspectiva que pensa esse amor como forma de submeter o outro como objeto de gozo.

A obtenção da felicidade mediante o relacionamento emocional com o outro, em uma modalidade de vida, que toma como centro amar e ser amado, é uma das questões levantadas por Freud (1929), ao analisar o imperativo social de amar o próximo como a si mesmo, imposição que partiu do amor sexual e que, com a necessidade do convívio social, se estendeu às amizades. O amor sexual, destacado pela intensidade de prazer que proporciona ao homem, se tornou um modelo para se alcançar a felicidade (Freud, 1929). É como se pudéssemos, por meio de outras modalidades de relacionamento afetivo, resgatar a sensação de prazer experimentada através de vivências sexuais. Direcionar o amor para a humanidade protege o homem da perda do amor objetual (Freud, 1929). Freud (1929) vai chamar este amor de finalidade inibida devido às restrições que o homem precisa fazer aos seus instintos no sentido do amor sexual. E por que a perda do amor objetual é tão temida pelo homem? Quando se perde o amor de quem é dependente, deixa-se de estar protegido de uma série de perigos, entre eles, o mais devastador, ser punido pelo próprio objeto de amor (Freud, 1929).

Freud (1915) vai discorrer sobre o sentimento de perda do objeto amado, quando nos traz o luto e a melancolia. O luto seria a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que toma o mesmo lugar desta (Freud, 1915). A melancolia é da mesma maneira influenciada, mas apresenta uma característica que a diferencia do luto, a diminuição da autoestima. Dentre os sentimentos comuns entre luto e melancolia, está o desânimo, a perda de interesse pelo mundo exterior e da capacidade de amar. Em relação à perda da autoestima, a pessoa pode achar que merece punição por ter perdido seu objeto de amor (Freud, 1915). A dificuldade principal está em retirar toda a libido investida neste objeto, tendo em vista a recusa do homem em se abster de uma posição libidinal (Freud, 1915). Para isto, é necessário tempo e energia de investimento, e enquanto isso, a lembrança do objeto amado se prolonga.

Em grande parte dos casos, a melancolia está ligada não à morte física de uma pessoa, mas a uma perda ideal do objeto de amor (Freud, 1915), tal como veremos mais adiante, quando a madrinha se afasta da criança que apadrinhou. O empobrecimento do Eu é também marcante na melancolia. “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu. O doente nos descreve seu Eu como indigno, incapaz e desprezível; recrimina e insulta a si mesmo, espera rejeição e castigo” (Freud, 1915, p. 176).

Considerando todos esses fundamentos teóricos, propomo-nos a pensar a institucionalização infantil. Sabemos que grande parte das instituições brasileiras que acolhem menores separados de suas famílias é sustentada por doações, provendo desde as suas necessidades básicas até cursos de dança, inglês e teatro para as crianças. Apesar da diversidade de oportunidades que elas têm em muitos desses locais, existe algo que perpassa

essas relações, algo da ordem do instituído, que precisa ser bem melhor explorado. Ajudar ao próximo pode configurar até mesmo uma relação de submissão.

As crianças são chamadas “menores abandonados”, e corremos o risco de criar uma categoria psicopatológica chamada “abandonados”. É como se a vivência da separação da família biológica fosse determinar uma incapacidade de se subjetivar. E por que é tão fácil ser capturado por essa rede abandono/abandonado, que pressupõe uma reparação do abandono? Há algo da ordem do gozo que merece maior investigação, que naturaliza um sentimento de compaixão pelas crianças, favorecendo uma montagem limitadora da sua criatividade.

O ambiente institucional é coercitivo o bastante para que facilmente sejamos engajados na lógica que exalta aqueles que têm benfeitorias a oferecer e que se comovem com o “abandono infantil”. Neves (2009) refere-se a um sujeito contemporâneo que, “essencialmente atrelado aos grupos, sofre as intempéries sociais impregnando a sua subjetividade”. (p. 61)

Esse movimento de fácil captura tem também raízes históricas e culturais. O modelo assistencialista difundido pelo Estado, preocupado com as crianças por serem possíveis mãos de obra futuras, perdura até os dias de hoje, mesmo que em suas formas mais ocultas (Kamers, 2004).

De acordo com as Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência⁵, muitas crianças foram tiradas de suas famílias, com o discurso de que era para o próprio bem delas, para livrá-las do meio promíscuo em que viviam, sendo que o ideal era “salvar a criança como forma de salvar o país”. “Típico ideal do mundo ocidental traduzido no

⁵ Documento oficial disponível no site: http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf

assistencialismo e no paternalismo como prática de atender o necessitado numa concepção utilitarista da filantropia e caridade”. (p.16)

A influência da Igreja Católica, que cultivava sentimentos de caridade e benevolência desde os tempos da colonização, também explicita como essas relações de doações e de compaixão foram sendo construídas ao longo do tempo, o que propiciou, segundo Marcílio (1998), o surgimento das instituições de acolhimento a crianças enjeitadas. Para esta autora, havia duas concepções de infância, a da criança pobre, que possivelmente seria institucionalizada, e da criança rica, que deveria ter acesso à educação e à cidadania. Ainda conforme as diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência, no Brasil, a maior parte das políticas sociais públicas reproduzem a desigualdade social, o que denuncia um silenciamento desses órgãos diante da realidade brasileira.

Melman (2003) traz uma definição importante para que possamos tentar compreender como se engendram as relações em um campo institucional. Para o autor, os discursos são produzidos de forma que pareça que o que se busca prioritariamente é a satisfação de todos. O que sustenta esta lógica é a concordância, a não oposição para não ser o diferente, uma forma de rendição que leva ao gozo, uma forma de acessar o poder. Os primeiros contatos com uma instituição abrigo deixam à mostra esta lógica de concordância. É como se todos, desde os agentes responsáveis pela institucionalização, até os funcionários, crianças e visitantes, estivessem de acordo com o funcionamento da instituição em seu todo. Há um silenciamento, diante das práticas no local, marcante à primeira vista.

Nesse sentido, Foucault (1997) mostra como os discursos enunciados a partir de uma posição de poder vão se constituindo como discursos verdadeiros. “Verdades” vão sendo

incorporadas e passam a fazer parte da vida das pessoas. Tanto nos discursos histórico-culturais como naqueles sobre a arquitetura básica do psiquismo, essas verdades vão sendo transmitidas, inclusive, por gerações e vão possibilitando a construção de novos lugares e de novas posições de poder.

Kamers (2004) procura mostrar como o discurso científico, aquele proveniente dos que são considerados especialistas, vai ocupar um lugar de poder sobre a vida de outras pessoas. Segundo a autora, trata-se de um discurso “que visa o controle da vida cotidiana através de suas regras de boas maneiras da vida em sociedade” (p.40).

Seja por meio da cultura, de costumes, de estudos especializados, os sentidos vão sendo incorporados à medida que adquirem significado para as pessoas. Os meios de comunicação, por serem um dos detentores e produtores das chamadas “verdades”, são uma das principais referências no que diz respeito a formas ideais de ser e agir. As campanhas humanitárias exaltam aqueles que se preocupam com o próximo e o ajudam. Além dessas, decerto que contamos com as leis instituídas que exercem poder sobre as pessoas, pois se encontram em um lugar privilegiado de enunciação, já que a sociedade é formalmente regida por elas.

Existe todo um aparato mercadológico para que as instituições-abrigo funcionem, e uma lógica discursiva para que as necessidades delas se tornem necessidades de cada sujeito em sociedade, o que se evidencia de forma mais nítida no discurso sobre compromisso social, vigente de maneira contraditória na pós-modernidade.

Birman (2006) menciona um engrandecimento do eu à custa do outro, do uso do outro para a exaltação de um eu narcísico. O autor reflete sobre como as mudanças no âmbito da

soberania influenciam as formas de subjetivação contemporâneas, explicitando a multiplicidade de poderes no mundo globalizado, em que o poder do pai definhou, assim como a majestade do rei. As hierarquias, que antes funcionavam verticalmente, hoje funcionam na horizontal, e isto levou a uma situação de desproteção subjetiva, o que não significa uma não-subjetivação, já que Birman nos mostra que os poderes múltiplos e descentrados são recursos possíveis para se subjetivar, seja na fraternidade, na amizade ou então, cair na barbárie. A fraternidade referida aqui não é aquela marcada pela rivalidade da disputa de irmãos pelo amor do pai, e sim, outra concepção de fraterno que supera esta rivalidade, e só é possível com o esvaziamento da pretensão de que se é autossuficiente (Birman, 2006). Isto aponta para possibilidades de subjetivação mesmo em um meio institucional marcado por relações de poder horizontais, mesmo que mediante uma servidão voluntária.

Birman (2006) procura compreender como o homem, como potência constituinte do mundo e livre da tutela divina, se descobriu marcado por essa servidão voluntária. No período antigo, em que reinava o poder absoluto, o homem era servo, mas contra a sua vontade. A modernidade se depara com uma submissão ao outro, como tentativa de fugir do desamparo. Esse outro aparece como figura perversa, que, nem por isto, deixa de estar na mesma condição de desamparo. A sujeição ao outro indica uma forma de restaurar a figura de um absoluto, capaz de organizar e, sobretudo, sustentar as relações entre as pessoas. Esse outro é o polo constitutivo da subjetividade, que dá sentido e possibilita a experiência subjetiva da relação entre sujeitos (Birman, 2006).

Birman (2006) quer mostrar como tais relações se dão não apenas entre pessoas, mas também em instituições. Segundo o autor, instituições supostamente poderosas, que supostamente protegem sujeitos em suas relações sociais, são capazes de produzir e reproduzir formas de servidão, dentro da lógica do masoquismo, aqui, entendido como um desejo de se entregar de forma plena como objeto do gozo do Outro. Este é o fundamento de todo desejo, sujeitar-se a um Outro absoluto, não castrado (Kehl, 2002).

“A violência se revela em sua modalidade originária de existência, pela qual a figura onipotente do protetor violenta e goza com a fragilidade do outro, alimentando-se disto e engrandecendo sua imagem narcísica. Essas figuras e instituições podem ainda agenciar outras formas de violência a partir desse patamar de base.” (Birman, 2006, p.52)

E mais: “o universo dos sentimentos centrados no eu, ao demarcar as fronteiras e os territórios entre o indivíduo e os outros, se desdobra em lucros, direitos e poder no espaço social.” (Birman, 2006, p.41)

Para compreendermos a lógica do masoquismo, é necessário recorreremos a alguns aportes conceituais fundamentais. Considerando que a busca pelo prazer (princípio do prazer) é o principal regulador de nosso aparelho psíquico, o masoquismo se coloca como uma modalidade contrária no sentido do sofrimento (Freud, 1924). A compreensão deste processo só é possível, se levantarmos a participação crucial de nossos dois instintos, o de vida e o de morte. O instinto de morte, chamado Nirvana, conduz-nos a um estado de estabilidade que se debate contra o instinto de vida, a libido (Freud, 1924).

O que caracteriza o masoquismo é o desejo de ser tomado como uma criança desamparada e, ao mesmo tempo, travessa (Freud, 1924). Travessa porque intenta obter prazer

no sofrimento. Mas existe um sentimento de culpa que perpassa esse lugar tomado pelo masoquista, que o faz se submeter por acreditar que merece punição (Freud, 1924). Freud (1924) explicita que, na verdade, não há nada de certa importância que ocorra em nosso organismo que não seja fonte de determinada quantidade de prazer, já que promove a excitação do instinto sexual. O masoquismo primário tem sua origem na infância e, dependendo do desenvolvimento psíquico, poderá retornar anos depois sob outras formatações (Freud, 1924).

Sob essa perspectiva, diante do desamparo, o homem precisa abrir mão de grande parte de sua individualidade para adentrar o convívio social, ou seja, o homem se insere na cultura e, em decorrência disso, soçobra-lhe a angústia e o sofrimento de não se satisfazer plenamente com seus anseios narcísicos (libidinais e agressivos).

A violência está justamente nessa não abertura, nessa recusa em abrir mão de um gozo próprio para que o outro também possa ter o seu gozo, uma exaltação do eu, um não reconhecimento do outro e o masoquismo, mal-estar da humanidade em busca de proteção. A subjetividade humana oscila entre o desamparo e a onipotência (Birman, 2006).

Reconhecer que se é autossuficiente não deixa de estar intimamente ligado com o medo da morte, já que o poder absoluto definhou por se acreditar onipotente. A fraternidade pode significar sobrevivência, mas, mesmo diante deste impasse, algumas pessoas não suportam a precariedade de sua dependência como humano, e permanecem na posição de superioridade e violência. A solidariedade deixa de ser característica da fraternidade (Birman, 2006).

O que marca a subjetividade contemporânea é a ausência do sofrimento e o império da dor. Sofrimento remete à alteridade, ao reconhecimento de que se precisa do outro, enquanto que a dor se refere à impossibilidade de interlocução, de se relacionar com o outro para que se produza sentido (Birman, 2006). Birman vai chamar essa não-produção de sentido de desalento. Para ele, este processo é marcado pela perda da simbolização, pela ausência da alteridade, que não deve ser confundida com desamparo, no qual há espaço para o outro.

O desamparo leva o sujeito a verticalizar relações que deveriam ser horizontais, dando poder a quem não é soberano, submetendo-se a um poderio sem lei. Birman (2006) defende a necessidade de uma nova ética da fraternidade, em que as relações sejam horizontalizadas, mas, acima de tudo, singulares e distantes do fantasma do soberano protetor.

Diante dessa realidade, é importante refletir sobre como as instituições brasileiras de acolhimento a crianças foram se tornando centros de “visitação”. Das rodas de expostos, onde adultos deixavam crianças sem serem vistos (Venâncio, 1999), aos “baixos” muros institucionais de hoje, as práticas de voluntariado como o apadrinhamento dos menores e a permissão de visitas de pais biológicos em algumas instituições brasileiras, refletem as mudanças na lógica de funcionamento desses espaços, que, de forma alguma, acontecem sem um propósito maior, mesmo que implícito nas relações.

Assim como no tempo das Rodas, quando as pessoas que acolhiam os menores recebiam benefícios do Estado como a isenção de impostos (Venâncio, 1999), hoje, quem dedica parte do seu tempo a uma criança sem lar recebe benefícios, mas estes parecem ser muito mais de cunho moral. Sabemos que muitas empresas reservam parte de seus lucros a entidades não-governamentais, como instituições de acolhimento a menores, e isto leva a uma

situação de prestígio social. Concorrem, inclusive, ao título de empresa cidadã, sem contar com a dedução de impostos em cima de seu faturamento anual. A imagem dessas empresas é engrandecida a custa do outro “abandonado”.

Existem sites na internet⁶ que incentivam o apadrinhamento como forma de dar assistência material e afetiva a crianças abrigadas. Alguns deles divulgam como funciona o apadrinhamento, pelo qual, a partir da primeira contribuição financeira, o interessado receberá informações sobre o desenvolvimento, família e comunidade onde a criança é atendida. O que mais chama a atenção é a divulgação de que o padrinho e/ou madrinha receberão cartões escritos pelas crianças no dia do aniversário dos primeiros e no Natal, fotos das crianças recebendo os presentes que eles mandam, e ainda poderão escrever para elas, sendo que as respostas chegarão dentro de um prazo de até 45 dias. E mais, faltam vagas para se tornar um padrinho, o que mostra como é grande a procura por este tipo de atividade.

Os benefícios parecem estar muito mais voltados a quem apadrinha que aos menores. As crianças têm prazos para responder às suas cartas e devem escrever cartões de aniversário e de Natal para eles, de tal forma que fiquem satisfeitos o bastante para que continuem a contribuir financeiramente para a manutenção da instituição que as abrigam. Há ainda a ressalva de que todas as cartas e presentes enviados aos pequenos serão monitorados pela instituição para lhes proteger a integridade. Não seria esta mais uma forma de controle, de exercer poder sobre tudo que se passa nesse campo institucional?

Mas não podemos ignorar que o olhar dos visitantes pode fazer com que o visitado se sinta reconhecido e que esta visita contribua de alguma forma para os processos de

⁶ Um exemplo de site pesquisado que divulga o apadrinhamento é o www.visaomundial.org.br

subjetivação. Sair da parca insignificância pode ser uma maneira de se subjetivar. É nesse ponto que o método psicanalítico nos ajuda a pensar nos modos de vinculação constituídos e constituintes do processo de apadrinhamento.

5 - O MÉTODO PSICANALÍTICO

O método psicanalítico é um método de investigação que toma como objeto o inconsciente, e, como fundamento essencial, a interpretação. As técnicas utilizadas são a associação livre, que possibilita a emergência de formações do inconsciente, e a atenção flutuante, que, para Freud, significa manter a atenção uniformemente suspensa em tudo que se escuta. Nessa lógica inconsciente, estão inscritas pulsões, marcas identificantes, suas relações com os objetos de satisfação e com o Outro (Birman, 1993).

Inaugurado por Freud, o método psicanalítico trouxe mudanças relevantes nas formas de se fazer pesquisa, ao abandonar a noção de que deve haver uma distancia entre investigador e objeto investigado. É o que explica Silva (1993), ao destacar que o método psicanalítico é uma forma de investigação em que sujeito e objeto criam-se mutuamente. De acordo com essa autora, qualquer modelo que desconsidere a subjetividade dos envolvidos é incompatível com a natureza do psiquismo humano.

Freud (1912) nos faz uma importante advertência, que não devemos iniciar uma pesquisa já com uma seleção prévia do que poderemos encontrar, baseados em expectativas próprias, pois, assim, estaremos nos arriscando a não descobrir nada além daquilo que já sabíamos, ou até de falsificar aquilo que se possa saber. Ele afirma: “o analista é certamente capaz de fazer muito, mas não pode determinar de antemão exatamente quais os resultados que produzirá” (p.172).

Seguindo o método psicanalítico, o inconsciente pode se revelar na articulação entre linguagem e pulsão, “enquanto real da língua incidindo sobre um corpo” (Guerra, 2001, p.3). Mas, entre o significante e a pulsão, existe uma lacuna, que permite a emersão do desejo e

que, ao mesmo tempo, nos impede de acessar todo o conteúdo inconsciente. A linguagem não dá conta de apreender todas as experiências (Guerra, 2001).

Entendemos, a partir de Freud, que os restos deixados como traços, possivelmente acessíveis por meio de uma análise, seriam os elementos que estruturam e organizam um discurso (Guerra, 2001). Isto denota que mais importa aquilo que não pode ser apreendido de imediato, o que não foi dito ou escrito, ou seja, “aquilo que se constrói no silêncio do lado avesso ao significante” (Guerra, 2001, p.93), acessível somente através do poder da escuta analítica.

Sustentado nessas proposições, este trabalho de investigação foi realizado por meio de entrevistas abertas com quatro madrinhas de crianças institucionalizadas e do tratamento psicanalítico de um caso clínico de uma criança apadrinhada, atendida desde Agosto de 2009, em minha clínica particular. Entende-se por entrevista aberta aquela em que não há um roteiro predeterminado de perguntas a ser seguido. O entrevistado recebe apenas um estímulo que o instigue a falar sobre sua relação com as crianças institucionalizadas. Os contatos com os padrinhos foram disponibilizados por uma instituição de acolhimento, onde a prática de apadrinhamento adquire uma função importante. As madrinhas entrevistadas foram aquelas que se dispuseram a falar sobre a relação com as crianças acolhidas.

A eleição do caso clínico de uma criança apadrinhada e das quatro entrevistas com madrinhas de crianças institucionalizadas se fez necessária por acreditarmos ser fundamental a articulação entre aspectos inconscientes das crianças e das madrinhas, na tentativa de se fazer um estudo de dois pêndulos, que trabalhe com ambas perspectivas e que possa, nesse sentido,

alcançar discussões mais ricas no que diz respeito ao campo de significação humana. A proposta inicial era de se fazer entrevistas com padrinhos e madrinhas de crianças institucionalizadas. Com o decorrer da pesquisa, o contato só foi concretizado com madrinhas.

Por meio de uma escuta analítica, proposta por Freud, e de uma análise interpretativa do conteúdo das entrevistas e do caso clínico, foi possível trazer à tona questões importantes para se pensar o objetivo do trabalho. Em relação ao caso clínico, interessa-nos salientar que, para Safra (1993), a investigação do particular possibilita compor modelos mais abrangentes do psiquismo humano, mesmo com toda a singularidade que o caso representa.

A história da criança foi colhida por meio de relatos de profissionais da instituição de acolhimento em que vive e do material arquivado por responsáveis da Vara da Infância e da Juventude de Uberlândia. O restante do material, aqui apresentado, foi colhido em sessões de psicoterapia (uma vez por semana) de base psicanalítica. Ao redigir o caso, não tivemos por intenção destacar aspectos de uma intervenção psicoterápica. Relatamos, brevemente, o histórico familiar da criança e alguns trechos de sessões relevantes para entender a dinâmica em que esta está inserida, no que diz respeito ao apadrinhamento. Mesmo assim, é importante frisar que estes fragmentos estão tomados pela condição de terem sido dimensionados a partir do que circunda o campo analítico, a transferência.

É fundamental salientar que o número de padrinhos entrevistados não foi um fator relevante para os fins desta pesquisa. As entrevistas foram suspensas, quando percebemos que havia um fio condutor perpassando todas elas. O caso clínico foi utilizado com o intuito de ilustrar a lógica do apadrinhamento, juntamente com as entrevistas, que nos fornecem um material imprescindível para buscarmos compreender a lógica desta relação.

6 - PERCORRENDO AS TRILHAS DA ILUSÃO-DESILUSÃO

6.1 - Maria⁷ e o pássaro encantado

Para quem não conhece, “A menina e o pássaro encantado” é um livro de Rubem Alves, que conta a história de uma menina que tem como melhor amigo um pássaro exuberante, que, por onde voa, traz até ela o encanto das belas paisagens vistas por ele. Até um dia em que este pássaro, em uma de suas viagens pelo mundo, demora a voltar. A menina, triste de saudade, decide que vai prendê-lo em uma gaiola assim que ele voltar, para que ele nunca mais se afaste dela. Enquanto o pássaro dorme, a menina o prende. Então, aquele pássaro com cores reluzentes se apaga na tristeza de uma prisão e deixa de ser aquele que despertava a admiração da menina. A menina, ao ver o belo pássaro deixar de brilhar, entende que o que o mantinha tão exuberante era justamente a saudade que nutria por ele, saudade que se saciava a cada retorno, a cada nova cor que ele trazia a sua vida.

A história de Maria fez-me lembrar a menina e o pássaro encantado. Algumas vezes, como a menina, outras, como o pássaro encantado. Maria tem 13 anos. Foi abrigada aos 10. Vivía com os avós maternos e a mãe biológica e não conheceu seu pai. Por denúncias de vizinhos, Maria foi abrigada. Sofria de negligência familiar e maus tratos. Sua família vive em condições impróprias de higiene. Armazenam lixo dentro de casa e consomem água não tratada. A avó materna sofre de um transtorno mental. A mãe é “garota de programa”. Maria tem mais seis irmãos, cada um de um pai diferente, e cada um vive com o seu respectivo pai. Maria foi destituída do poder familiar em 2009, está na lista de espera para ser adotada e foi

⁷ Esse os demais nomes que aparecem nos relatos do caso clínico e das entrevistas são todos nomes fictícios, que objetivam de proteger a identidade dos participantes da pesquisa.

apadrinhada por dois casais de maneira informal, ou seja, sem o registro da Vara da Infância e da Juventude da cidade.

Maria começou a frequentar a escola aos 10 anos, quando foi abrigada. Até então, não sabia ler nem escrever. Apesar disto, está no quarto ano. Segundo a instituição que a acolheu, Maria é uma ótima copiadora e também não poderia ser colocada em uma série em que as crianças fossem bem menores que ela.

Maria vive em uma casa no espaço da instituição de acolhimento com mais dez crianças e uma mãe social. Ao todo, são sete “casas-lares”, como são chamadas as casas em que vivem as crianças, cada uma com uma mãe social. De manhã, Maria lava a louça do café e na hora do almoço, arruma a mesa. Declara que quer ser adotada e que tem o sonho de ser modelo.

A assistente social da instituição de acolhimento em que vive Maria me procurou para que eu a atendesse a garota. Explicou que seus padrinhos, Rita e Jorge, estavam dispostos a pagar pelo atendimento. Primeiro, foi ao atendimento a assistente social da instituição, para me falar sobre Maria. Depois, foi Maria, no dia 28 de Agosto de 2009. Após algumas sessões e tentativas de falar com Rita, marcamos uma sessão para falar sobre Maria.

Rita veio sozinha, sem o marido que, na ocasião, viajava. Ela falou sobre os prejuízos de aprendizagem de Maria, seus problemas com a higiene, com a sexualidade e o “xixi”. Rita disse que Maria tem sérios comprometimentos na área escolar, não sabe ler, só sabe escrever copiando de outros lugares; não sabe cuidar de sua higiene, como lavar os cabelos e escovar os dentes; tem interesses sexuais precoces, porque, quando vai a sua casa, quer sair para se relacionar com meninos do condomínio em que vive. Além disto, faz “xixi” na cama até hoje.

Rita contou que falou a Maria que quando ela fizesse “xixi” na cama, não iria buscá-la para passar o fim de semana em sua casa.

Ainda durante essa mesma sessão, Rita informou que adotou duas meninas recentemente, um pouco mais novas que Maria. Na época, já conhecia Maria, mas disse que não a adotou por causa da idade e também por temer suas “limitações”. Explicou que ainda está à procura de mais uma menina para adotar, que, por seu marido, adotariam Maria, mas que não se sente segura para isto, principalmente por causa da idade dela. Rita falou sobre suas filhas, as qualidades destas e de como se diferenciam de Maria, apesar de também terem seus comprometimentos. Rita frisou que os de Maria são muito mais graves que os de suas filhas e relata momentos felizes que passa com estas.

Depois de algumas semanas de atendimento, no dia de acertar o primeiro pagamento da psicoterapia, Jorge, padrinho de Maria, diz quer conversar comigo. Marcamos uma sessão. Ele veio sozinho, sem a esposa Rita. Demonstrou-se preocupado com Maria. Contou sobre o “xixi”. Perguntei a ele se sabia o que o xixi pode representar. Ele respondeu que achava que o era uma afronta, uma rebeldia de Maria. Esclareci que o “xixi” é um sintoma de que algo não vai bem, sintoma de sofrimento psíquico, que, ao contrário de ser punido, necessita ser compreendido. Jorge disse que tomou a atitude de não levar Maria para passear quando faz “xixi” na cama durante a semana, porque a instituição o instruiu assim, e a instituição informou que esta foi uma decisão dos padrinhos, quando chamei a psicóloga da instituição para falar sobre Maria. A psicóloga reafirmou a teoria de Jorge, de que o “xixi” é uma forma de Maria desafiar a autoridade de toda a equipe de trabalho da instituição e que, quando eles dizem que ela só vai passear com os padrinhos quem não fizer “xixi” na cama, Maria não faz.

Conversei com Jorge sobre as possíveis representações do “xixi” para Maria, como uma possível regressão, perante o desejo de ser pequena para ser adotada. Ele disse que tentaria mudar a atitude em relação a isto.

Jorge comentou que está muito preocupado também com as dificuldades de Maria em relação ao conteúdo escolar. Ele me perguntou se com a psicoterapia ela irá vencer estas ‘limitações’. Expliquei a ele que parte dessas dificuldades advém de seu estado emocional, mas a outra parte se deve ao fato de que Maria começou a frequentar a escola aos 10 anos, em uma turma mais avançada em termos de conteúdo que ela. Orientei que Maria precisa ser alfabetizada e que o meu trabalho não é este, que para isto, ela necessitaria de uma psicopedagoga especializada. Ele concordou e me pediu a indicação de uma. Poucos dias depois, Maria iniciou o acompanhamento psicopedagógico.

Ao longo dos atendimentos, percebemos que, apesar das queixas dos padrinhos, Maria permanecia tentando encobrir alguns aspectos importantes. O “xixi”, as dificuldades escolares, a cabeça sem lavar, tudo isto estava presente, mas parecia que não podia ser dito. O que Maria tinha de humano necessitava ser escondido, o que poderia ser mostrado eram as suas proezas. Estas, sim, poderiam ser valorizadas pelos outros. O seu silêncio perante as suas vacâncias demarcava os limites de seu corpo e de sua alma.

É imperioso retornarmos aos primeiros movimentos de Maria nas sessões psicoterápicas. No começo, Maria se recusava a ler quaisquer enunciados, como os que fazem parte dos jogos que ela escolhia para brincar. Tentava se justificar dizendo que não queria ler. Instruí a ela que tentasse, que não haveria problema se errar ou se não soubesse tudo o que estava escrito. Ela disse que tinha vergonha. Disse a ela que iria ajudá-la. Ela então começou a

ler. O interessante é que Maria tinha como preferência os jogos que requerem leitura. Ela quer se descobrir forte, capaz.

Percebi uma dificuldade, mas Maria demonstrou reconhecer muitas letras e palavras. Isto foi se tornando cada vez mais claro no decorrer dos atendimentos. A cada um deles, Maria lia melhor. O mais interessante é que ela copiava qualquer texto de letra de forma com letra cursiva. Isto quer dizer que Maria reconhece todas as letras do alfabeto. Tem ótima caligrafia e, algumas vezes, apresenta erros de ortografia.

Maria passou a levar alguns livros para ler durante a sessão, livros que já tinha lido outras vezes. Notei que ela os conhecia tão bem que já sabia de cor algumas passagens. Ela precisava levar exatamente esses para evitar o que, para ela, seria um constrangimento, o erro. Com o tempo, passou a ler outros desconhecidos por ela. Cada vez mais, ela desafiava seus próprios “limites”.

Durante os quatro primeiros meses de psicoterapia, Maria demonstrou algumas dificuldades em lidar com seus sentimentos. O mais marcante deles foi a necessidade de ser aprovada pelas pessoas. É como se ela precisasse ser boa o bastante para receber o amor dos outros. Maria tinha medo de errar e desapontar as pessoas ao seu redor, principalmente aquelas que ela gostaria que a adotassem.

Em alguns momentos, Maria demonstrou se sentir rejeitada, desanimada e desesperançosa. Fugia das lembranças que sua casa de origem evoca. Instantes depois, apossava-se de uma vivacidade. Desejava crescer, ter uma família, desfilas fora do Brasil. A ambivalência de sentimentos faz com que Maria alterne em posições de suficiência e de

insuficiência. Por vezes, a possibilidade de uma adoção é idealizada como a solução de todo o “mal”. Por outras, é rejeitada como um lugar obscuro e silenciador de desejos.

Apesar de expor, frequentemente, seu apego em relação aos padrinhos que visitam a instituição em que vive, colocando-os na posição de pais potenciais, Maria desconfia das relações. Isto ficou explícito, quando ela se perguntava sobre os dias em que os padrinhos não a visitavam. Maria não quer apenas ser escolhida por alguém, ela quer escolher.

O abrigo, algumas vezes, é visto como um “congelamento”⁸, um lugar onde a felicidade é quase uma missão impossível. Nesta perspectiva, Maria se esforça em capturar o olhar dos padrinhos para que a levem desse lugar, que, para ela, parece “frio”. Por outro lado, Maria encontra, neste mesmo lugar, algumas constantes importantes para ela: os cuidadores, os momentos, os amigos, condições que a “aquecem”. O campo das vivências de Maria é ambíguo, não há determinantes para fracassos nem vitórias.

Depois de quatro meses de psicoterapia, Maria se ausentou dos atendimentos por cerca de um mês, durante o período de férias escolares. A madrinha Rita me ligou para combinar o dia do retorno. Nesse dia, Rita se esqueceu do atendimento e informou que, se eu cobrar pelo pagamento do dia que faltou, sendo esse o combinado durante o contrato, vai tirá-la da psicoterapia. Ela contou que interrompeu o acompanhamento psicopedagógico de Maria justamente por esse motivo, a psicopedagoga cobrou uma sessão a que Maria não compareceu. Rita explicou que Maria não está se arrumando a tempo para a sessão, que o motorista vai buscá-la e que nunca está pronta. Comentou que ela não faz os deveres que a psicopedagoga

⁸ O congelamento aqui referido é uma casa do tabuleiro do jogo Mundo dos Negócios. Se você cai nesta casa, fica congelado e só poderá sair se tirar nos dados dois números iguais ou se pagar para sair. Maria costuma jogar este jogo nas sessões de psicoterapia.

passa e julga que ela não estava levando a sério, e que, por isto, cansara de seu comportamento. Respondi que continuaria os atendimentos de Maria, já que se confundiu com a data. Neste momento, a madrinha já anunciava um rompimento da relação com Maria.

No retorno, Maria contou que passou o Natal na casa de uma tia que visita a instituição e que a tia Rita e o tio Jorge não estão mais indo visitá-la, porque devem estar trabalhando muito. Revelou também que está com saudades de sua outra madrinha, Lúcia. Perguntei sobre esta madrinha e Maria contou que queria ser adotada por ela. Explicou que Lúcia não a adotou ainda porque mora com a mãe e suas irmãs, que na sua casa não há lugar para Maria. Neste momento, Maria se lembrou de um dia em que dormiu na casa de Lúcia e que a madrinha dormiu no chão para que ela dormisse em sua cama. Maria contou que Lúcia lhe disse que quando casar vai adotá-la. Recordou que, antes, ela também ia sempre ao abrigo, mas que há muito tempo que não vai mais, que, por isto, está com tantas saudades dela. Antes, elas frequentavam a mesma igreja, Maria ressaltou que, agora, nem à igreja ela vai mais.

Há três meses, desde que Maria voltou das “férias”, o tema predominante nos atendimentos tem sido a saudade da madrinha Lúcia e a falta da tia Rita e do tio Jorge. Em uma delas, Maria disse que tinha um segredo para me contar. Ligou a cobrar para a tia Lúcia, que atendeu e disse que estava trabalhando muito, sem tempo para ir vê-la, mas que um dia iria visitá-la. Maria então se lembrou de seu aniversário, quando saiu com a tia Rita e que a tia Lúcia foi visitá-la na instituição e ela não estava. Deixou presentes, mas Maria disse que ficou triste porque queria muito ter visto a madrinha. Maria me perguntou: “*Ô tia, será que a tia Lúcia vai no meu aniversário esse ano?*” Maria relembrou os passeios com os padrinhos, na pizzaria, no Praia Clube, no Center Shopping.

A cada sessão, uma demonstração de angústia. Maria persistia em falar dos padrinhos que não visitam mais. Insistia em dizer que não queria ser adotada por mais ninguém, não queria ir para outro país, ao se referir à possibilidade de uma adoção internacional. Queria ser adotada apenas pela tia Lúcia. O sonho de ser adotada pela tia Rita e pelo tio Jorge foi se esmaecendo com o tempo. Sua atenção está agora voltada para a tia Lúcia, de quem ela assegurou que não vai desistir. Maria soube que ela vai se casar e aguarda esperançosa por um contato seu. Maria fez um desenho para a tia Lúcia e outro para mim. Quem sabe assim, ela possa me sensibilizar com o seu sofrimento e desperte em mim o desejo de também levá-la para minha casa ou levá-la até a madrinha Lúcia.

Maria é a menina que quer tomar para si o pássaro encantado, padrinhos encantados que tanto despertam as fantasias acerca de uma família “de verdade”. Encantados porque fazem promessas de afeto, de conforto, de segurança, de lar. Maria tenta prender a atenção deles, adoçando-os com suas declarações de amor. Quer prendê-los para si, para que nunca mais se sinta abandonada por eles. Ao mesmo tempo, Maria se parece com o pássaro encantado, que, por continuar aprisionado no congelamento do abrigo ou nas relações com os padrinhos, vai se entristecendo, perdendo sua vivacidade, suas esperanças do tão sonhado lar. Maria entende que, se não for adotada até os dezenove anos, idade com a qual, segundo ela, não poderá mais viver no abrigo, irá voltar a viver com o avô. O pássaro vai ficando cabisbaixo, acinzentado, mas, se liberto, poderá conhecer outro mundo e, quem sabe, poderá voltar a brilhar no coração de um padrinho encantado.

6.2 - Encontros e desencontros de Maria

A história de Maria nos revela a complexa trajetória de uma criança institucionalizada e apadrinhada. Não restam dúvidas de que a prática do apadrinhamento foi silenciosamente se delineando até alcançar um formato de prática voluntariosa e grandiosa, por oferecer às crianças abrigadas momentos de alegria, de prazer, de cuidados e de socialização.

O que podemos perceber é que existe um tempo de alienação na relação da criança com o padrinho. Ambos idealizam um ao outro, separam-se e idealizam-se novamente. É um envolvimento já constatado por Freud (1914), ao falar sobre o narcisismo dos pais deslocado para os filhos. O padrinho é mais um objeto idealizado como os pais são ou deveriam ter sido, assim como a criança o é para o padrinho, na direção de reencontrar o sentimento ilusório de completude outrora experimentado na relação primeira com a mãe ou uma figura que encarnou sua função (Chasseguet-Smirgel, 1992).

Inicialmente, os padrinhos se dispuseram a pagar pelos cuidados dos aspectos emocionais da criança, o que evidencia uma marcante atribuição ao outro da condição de falta (Kehl, 2002). Seis meses depois, a madrinha ameaçou interromper as sessões psicoterápicas. Os motivos verbalizados pela madrinha, o fato de Maria não estar pronta quando o motorista ia buscá-la para os atendimentos e a falta da realização das tarefas de casa, dirigidas pela psicopedagoga. A partir deste movimento, percebemos o processo de idealização-desidealização dos padrinhos para com a criança, em que a perda da condição ideal aponta para uma ruptura na relação. E também o jogo da madrinha com a psicoterapeuta, ao ameaçar interromper os atendimentos, caso fosse cobrado o dia em que Maria não compareceu.

Maria não estava mais atendendo às expectativas dos padrinhos, que, desde então, começaram a se afastar do posto escolhido por eles. Deixaram de levar Maria para passear nos fins de semana, mas ainda continuaram pagando a psicoterapia.

É fundamental salientar como a criança testa o ambiente e como é importante a sobrevivência da figura depois dos ataques da criança, como Winnicott (1979) considerou. Os padrinhos não sobreviveram aos testes de Maria. Kehl (2002) nos leva a pensar estas relações:

“Pode ser a dor que se origina da renúncia à satisfação pulsional, quando não se encontra um destino para o resto de gozo que invade o psiquismo. Pode ser a culpa advinda da ambivalência inevitável de nossa relação com o outro, sobretudo com o outro mais amado. Pode ser o medo do abandono, da perda, do desamparo – modalidades da angústia de castração. Pode ser a dor do narcisismo ferido nas condições em que se revela nossa completa insignificância diante do Outro. (p. 81)

Renunciar ao gozo pleno, que, na realidade, não é possível, mas nem por isto deixa de ser perseguido, relacionar-se com o outro esperando que ele satisfaça nossos desejos e anseios, temer que o outro nos abandone, que o outro não nos queira mais, tudo isto são angústias percebidas nas relações entre padrinhos e crianças institucionalizadas.

Maria se sente culpada por não ser tudo o que os padrinhos idealizaram, mesmo depois de tantas vezes tentar esconder suas verdades, aquelas que não agradam às pessoas como as sujeiras, os piolhos, o “xixi”. Mas não deixa de desejar, ainda que seja sempre um lugar distante, posto que idealizado. Na realidade, o desejo de Maria está atrelado às sujeiras, ao xixi. São sintomas de desejos que não querem ser silenciados.

Os sentimentos de Maria são marcados por uma intensa dualidade. Ora Maria se encontra mergulhada em uma melancolia, de onde advêm sentimentos de culpa, diminuição de

sua autoestima e, conseqüentemente, um empobrecimento de si mesma, como Freud (1915) evidenciou ao falar sobre melancolia. Ora parece que as faltas dos padrinhos a impulsionam a desejar ainda mais, na busca pelo ideal, por onde ela testa toda sua onipotência perdida nos primórdios, mas que tanto persiste em recuperar.

“Não interessa às crianças a fantasia de um paraíso pacificado, sem conflitos. Elas desejam o medo, o prazer do mistério e do desafio, aos quais respondem com a máxima potência de suas fantasias de onipotências.” (Corso & Corso, 2006, p.18)

Freud (1915) salientou o significado de melancolia, relativo à perda de um objeto de amor ideal. Não é necessário que o padrinho se vá para sempre para que a melancolia se aposse dos sentimentos de uma criança institucionalizada como Maria. A perda é ideal, já que a intensa idealização de Maria em relação aos padrinhos é quebrada, quando eles falham. Mas, nem assim, Maria deixa de esperá-los a cada fim de semana que se segue, pois o seu desejo não pode morrer, e, ainda, ela não quer substituí-lo por outro, o que nos leva para outro sintoma da melancolia, a recusa em abrir mão da libido investida em um objeto em específico. Isto se torna claro, quando, diante da possibilidade de uma adoção, Maria menciona que só quer ser adotada se for por uma das madrinhas, que não aceita outra família, o que também nos remete a uma continuidade do desejo, que nem sempre coaduna com o bem estar, como Freud (1929) nos apontou, ao falar sobre a limitação de nossos instintos a favor da vontade social.

Interessante pensar em como a criança deseja ser o objeto do desejo do Outro, como nos salienta Kehl (2002): “se eu pudesse me subordinar completamente, fazer de mim seu objeto, *ser* tudo o que o Outro quer!” (p.93) Maria bem que se esforçou para ser desejável aos

olhos dos padrinhos, e foi. Tomou banho, perfumou-se, passou brilho, esmalte colorido. Assim, os padrinhos poderiam se encantar cada vez mais por ela, levando-a para sua casa. Mas, apesar de Maria tentar camuflar suas “sujeiras”, os padrinhos as percebem, denunciam e rejeitam. Levam xampu, perfume, esmalte e catam piolho.

Em contrapartida ao desejo de ser o objeto de desejo do outro, Maria teme que, para ser adotada, ela tenha que ser sempre desejável aos olhos do outro, que não possa se apossar do que realmente é, de seus aspectos agradáveis e desagradáveis perante o julgamento do outro.

A ambiguidade marcante nessas relações nos convida a fazer parte de um complexo jogo de interesses. Por um lado, somos tomados por sentimentos de piedade, compaixão e bondade em relação à criança apadrinhada. Assim, há sempre alguém querendo suturar o espaço deixado por outro, e vamos vivendo um impasse. Queremos dar conta de algo que alguém não deu, de fazer o que não foi feito por outrem. As instituições que lidam com essa complexidade querem dar conta do que a família de origem não deu, os padrinhos querem resolver o que as instituições não resolveram, e assim por diante. Como é difícil sustentar essas tentativas de resolver problemas. Cada um deixa uma fenda que não conseguiu suturar e o outro se apossa dela e, mais uma vez, desiste e passa para outro, em um ciclo de indefinições, perdas e fracassos.

Por outro lado, corremos o risco de tomar uma posição moralista, de julgar as ações dos padrinhos em relação às crianças. O que está em voga não é uma questão moral, e sim o que está entre, o que se faz singular nesta relação.

Apesar disto, não podemos deixar de mencionar que existe uma “rede” que nos captura no sentido de assumirmos uma posição moral frente ao vínculo padrinho-criança. Na condição de profissionais que lidam com a infância institucionalizada, existe todo um movimento de se buscar aquilo que é melhor para a criança. Somos convocados a nos responsabilizar pela situação de “risco” a que estão submetidas. Nesse caminho, encontramos mais uma “captura”. Por nos apossarmos de um lugar de poder em que podemos e devemos dizer o que é melhor ou pior, colocamos a criança em uma condição de coitada, limitada de quaisquer meios de amadurecimento emocional próprio, a não ser que nós, em nossa onipotência, tracemos um plano para livrá-las dos infortúnios de suas vidas, como em uma perspectiva “missionária”.

O que percebemos de fundamental é que a prática do apadrinhamento é falha quanto aos registros simbólicos, pois carece de considerar o Outro enquanto um sujeito do desejo. O amor ao próximo, tão exaltado nos discursos sobre solidariedade, é uma das formas de submissão ao outro como objeto de gozo (Kehl, 2002). Um objeto, completamente submetido a um outro, adquire uma condição de fragilidade, pois perde a noção dos limites e fronteiras que demarcam a sua individualidade e subjetivação (Corso & Corso, 2006).

Os acordos que os padrinhos fazem com as crianças durante as visitas à instituição, de que as buscarão nos fins de semana, as levarão para passear e darão presentes, é algo que pode deixar de existir a qualquer momento, justamente porque carecem de um registro no psiquismo. São ações de cuidado e dedicação que, por não possuírem uma sustentação simbólica, comumente não perduram. Assim, os padrinhos de Maria foram se afastando do lugar que assumiram quando a conheceram, devido à ausência de um laço simbólico.

A madrinha Lúcia, a nova favorita de Maria, também não visita mais a instituição de acolhimento onde Maria vive. Os padrinhos visitaram enquanto puderam, enquanto foi possível para eles. Disseram a Maria que estão trabalhando muito. E ela me pergunta: “*E domingo tia?*” Será que trabalham no domingo também? Uma relação que não foi tecida no psiquismo dos padrinhos ameaça se interromper.

O que fica agora são as recordações de um tempo bom, um tempo ideal, os passeios ao Shopping, ao Praia Clube, à pizzaria, os presentes de aniversário, um tempo que se foi, como se foram os padrinhos. Maria fantasia sobre a volta dos padrinhos, no desejo de experimentar outra vez um pouco de um mundo que não é seu, ainda em um movimento de ilusão-desilusão, como Winnicott (2000) nos sugeriu.

Por alguns momentos, Maria provou desse lugar, dormiu na casa da madrinha, que cedeu sua própria cama para Maria. Criou-se uma fantasia de propriedade, de que estava conquistando o seu lugar. Permitiu que ela sentisse o que é ter um lugar como este, como é ter uma família como a dela, uma cama como a dela, mas Maria não poderia permanecer. O clima de sedução mútua foi interrompido pela ausência de um laço verdadeiro, simbólico, que sustentasse a relação.

Maria chama os padrinhos de tios. A tentativa é de estabelecer um vínculo familiar com eles, como a palavra padrinho, que remete a um lugar de família, de cuidado, de constância e continência, ou, ao menos assim, deveria ser, de acordo com os estatutos construídos socialmente.

Os padrinhos de Maria cogitaram a possibilidade de adotá-la, mas a adoção não se materializou. Existem outras pessoas interessadas em adotar Maria e podemos perceber, pela

análise do caso, que o seu vínculo com a madrinha Lúcia está barrando o estabelecimento de novos vínculos e, portanto, de uma possível adoção. Mas o que encobre este movimento de Maria é um possível desejo de não ser adotada, pois, só assim, ela poderá continuar desejando e evitar que a adoção silencie o seu desejo, então capturado pelo gozo do Outro, em uma rede de ilusões e promessas mútuas. São as entranhas do afeto.

Eis o sujeito de quem tanto falamos:

“Dividido pelo desconhecimento de uma dimensão de si mesmo, da qual ele só pode se apropriar pelo acesso à palavra. Dividido quanto a seu Bem, que não se coaduna com o objeto de seu prazer. Dividido por um desejo de submissão, de fazer-se todo objeto para o gozo do Outro, o que resultaria em sua própria aniquilação”. (Kehl, 2002, p. 85)

Considerando as várias perspectivas observadas por meio da análise do caso clínico de Maria, é importante salientar algumas constatações fundamentais sobre a prática do apadrinhamento: de um lado, o engolfamento do outro e, por outro, o olhar constitutivo do padrinho. Ambos explicitam a ambiguidade marcante nas relações padrinho-criança institucionalizada, e nos oferecem suporte para percorrermos o caminho traçado pela escuta do discurso dos padrinhos entrevistados.

*“Adoramos a perfeição, porque não a podemos ter.
Repugná-la-íamos, se a tivéssemos. O perfeito é
desumano porque o humano é imperfeito.”*

Fernando Pessoa

7 – MÁ-DRINHAS OU BOA-DRINHAS?

Apesar do título, não temos a pretensão de asseverar se as madrinhas são boas ou más. É uma provocação que fazemos ao leitor, pois é esse o caminho que somos levados a tomar, quando nos deparamos com as falas das madrinhas. É algo tão instigante, que não há como não mencionar como somos capturados a nos posicionar em um lugar que dirá o que é bom ou mau, no contexto intersubjetivo que permeia o campo institucional de acolhimento a crianças.

Pensar as entrevistas com madrinhas de crianças institucionalizadas propiciou a emergência de muitas questões. Uma análise das escutas registradas traz-nos um rico material a ser investigado. Mas, antes de tudo, é necessário deixar claro que, apesar de todo conteúdo que temos disponível, por certo, não conseguiremos esgotá-lo. Elegemos alguns temas principais convergentes em todas as entrevistas, que coincidem com o material colhido por meio da análise do caso clínico, e que supomos ser essencial na compreensão da prática do apadrinhamento. No sentido de ilustrar as questões levantadas nesta investigação, fragmentos das entrevistas serão incorporados ao presente texto, no intuito de clarificar os fundamentos dos caminhos alcançados.

Primeiramente, queremos apresentar brevemente ao leitor algumas características das madrinhas entrevistadas, apenas no sentido de contextualizá-las. Em seguida, abordaremos as inúmeras inquietações advindas da escuta de seus discursos.

Começemos por Karla. Casada, não tem filhos, mas declara que quer ter um dia. Karla conta que apadrinhou porque a criança estava sem lugar para passar o Natal. Diz que se apegou muito a criança, mas que seu marido se opôs a uma possível adoção, assim como a

uma relação muito estreita de Karla com a criança. Devido à objeção do marido, Karla decidiu conviver com a criança longe da presença dele.

Elaine também é casada, tem filhos mais velhos, já adultos e independentes. Ela conta que é madrinha da criança desde o seu nascimento, antes de ela ser institucionalizada, que a mãe biológica da criança pediu para que, quando ela nascesse, fosse sua madrinha. Elaine transparece o desejo de “continuar” a ser mãe, já que seus filhos já possuem suas próprias famílias, e ela demonstra se sentir sozinha. Elaine convive com a criança e com o marido ao mesmo tempo, mas percebe a postura negativa dele em relação a uma possível adoção.

Lara é jovem e não tem filhos e, até pouco tempo, pensava que não poderia ter, já que perdeu o marido em um acidente e estava descrente quanto à possibilidade de um novo relacionamento. Relata que apadrinhou, porque queria adotar uma criança, assim que o seu marido faleceu. Hoje faz planos de construir uma nova família, de ter filhos e, quem sabe um dia, adotar uma criança, quando estiver mais madura.

Mara é divorciada e tem filhos adolescentes. Conta que apadrinhou porque acredita que pode oferecer coisas que a criança não tem. Mara se preocupa em mostrar aos filhos a importância de valorizarem o que têm, por meio da convivência com uma criança que não tem.

Apresentadas as madrinhas, acreditamos ser fundamental uma descrição detalhada dos principais temas convergentes, no sentido de guiar o leitor pelo complexo campo de subjetivação humana no qual buscaremos adentrar. Eis que surgem as primeiríssimas questões.

7.1 - O apadrinhamento como um lugar de miserabilidade afetiva

“Então hoje eu to conseguindo, me colocar na posição de madrinha mesmo, mas no início não foi não, no início eu deixava lá e o coração doendo, quando você deixa a criança lá ela nem olha pra você, ela abaixa a cabeça e vai entrando.” (Karla)

As relações entre madrinhas e crianças institucionalizadas soam como a delegação de lugares importantes, de afetos significativos, de novas e velhas formas de subjetivação. Há padrinhos novos e padrinhos antigos. A prática de apadrinhar crianças institucionalizadas se mistura com o ser padrinho/madrinha como estatuto histórico, social e cultural, já estabelecido em sociedade. Isto nos leva a pensar em outra questão importante, a das novas configurações familiares, que são novas e, ao mesmo, tempo antigas, que se reestruturam e se refazem de tempos em tempos.

Neves (2009), ao falar sobre a ação humanizadora da família, ressalta que esta, “uma vez constituída, pode ter alterada a sua estrutura, mas a organização permanece” (p.60). Considerando que os padrinhos exercem funções diversas para as crianças institucionalizadas podendo compor um cenário familiar, ainda que, no imaginário delas, talvez seja possível pensar nas possibilidades que daí advenham de reconstruir histórias, de reverter sofrimentos, desatinos, abandonos, construindo recursos mediante vivências relacionais, partindo das contribuições de Neves (2009).

Uma das madrinhas entrevistadas, Elaine, conta que sua relação com a afilhada começou desde a gestação, quando uma mãe disse-lhe que a queria como madrinha da criança que esperava nascer. A atribuição de um papel como esse tem uma força construída através do tempo e que parece ser reforçada por sentimentos despertados na relação entre padrinho e

afilhado. Mas veremos que as pessoas que chegam à instituição de acolhimento e se candidatam, ou são chamadas pelas próprias crianças a ocupar o lugar de padrinhos, também carregam representações de afeto e de família. É o que pretendemos reiterar neste momento.

“Parece que vai poder continuar apadrinhando, só que tão dando, é... tão preferindo crianças que já estão destituídas, que são as que estão aptas para adoção porque aí se por acaso acontecer alguma coisa de eu apaixonar, querer adotar, já posso.” (Karla)

“Meu interesse de estar lá veio depois que eu tive um acidente de família.”

Lara fala sobre o seu interesse inicial em conhecer o abrigo e adotar uma criança.

“Hoje, assim, com uma maior lucidez de tudo que aconteceu, realmente seria assim um caso meio que de superar uma perda, de um desespero (...) Eu tô muito nova, então assim, já não tenho mais esse foco da minha relação com ele, adoção hoje.”

Informa, ainda, sobre a sua atual desistência do processo de adoção.

A madrinha Lara fala sobre a relação entre a perda do marido e o desejo de adotar. O desejo de adotar nunca existiu genuinamente. O que existiu foi o medo de ficar sozinha, desamparada, a visão de que não haveria mais possibilidades de se construir uma família, depois da morte do marido, a não ser pelas vias da adoção, através da ponte que é o apadrinhamento. Nesse caso, o outro-criança foi desconsiderado em sua dimensão de sujeito desejante, como Kehl (2002) levantou. Lara se concentrou apenas em seu desejo de suturar o espaço deixado pelo marido falecido. A criança teve que arcar com o *desalento*⁹ instaurado pelo rompimento simbólico da relação.

⁹ Desalento é o termo utilizado por Birman (2006) para falar de uma dor não simbolizada, que se diferencia do desamparo, no qual há espaço para o outro.

Uma das características marcantes no apadrinhamento é, então, o uso da função de padrinho para conhecer a criança institucionalizada e, assim, optar ou não pela adoção. O desejo de apadrinhar é perpassado, a todo o momento, pelo desejo de se ter alguém para cuidar de seu narcisismo, de sua carência de afeto. O padrinho quer alguém para polir o seu ego e alguém também carente e frágil para se prestar a isto, como as crianças institucionalizadas, no caso de se fazerem objetos de desejo, dentro da lógica do masoquismo (Freud, 1924). Isto não significa que os padrinhos não se envolvam nesta relação. Por vezes, eles é que se colocam como objetos a serviço do gozo das crianças, ocupando uma posição masoquista, querendo, também, ser tomados por uma condição de desamparo, que precisa cuidada (Freud, 1924). Assim, o envolvimento afetivo se faz presente nessa relação, por meio de um enlaçamento especular em que o eu, em sua fragilização e desamparo, debruça-se sobre um outro em posição semelhante a si mesmo.

“Eu acho que assim, quando a relação surge do, desse processo, eu não vejo porque não, acontecer, sair daí uma adoção.” (Karla)

“Se for assim, falar pra mim de coração, ela já estaria dentro da minha casa.” (Elaine)

“Mas é difícil, muito difícil não apegar. Eu mesmo quis adotar e sofri demais, nossa, sofri muito.” (Karla)

As madrinhas entrevistadas discorrem muito sobre a questão do vínculo de afeto que constroem com as crianças. E falam sobre a facilidade de agradá-las. As crianças são muitas vezes chamadas de afilhadas, tomadas por uma condição de afiliação. A reciprocidade desses

sentimentos parece ser um componente significativo para perdurar uma relação como esta, como Oliveira (2010) mencionou em seus estudos sobre devolução de crianças.

É fato que vínculos de afeto são formados nessas relações, isto fica muito claro nos fragmentados aqui apresentados. O que está em questão não é a existência de vínculos afetivos, mas, sim, a permanência deles. Percebemos uma fragilidade nessas relações, que ficam ainda mais nítidas quando as madrinhas falam da vontade de adotar a criança que se apadrinhou, vontade que, na maioria das vezes, não é levada adiante.

Pudemos notar que, em todas as entrevistas, foi mencionado esse desejo de adotar a criança apadrinhada. O sentido do apadrinhamento está mesmo atrelado ao sentido da adoção, tanto para os padrinhos, como para as crianças, como para os profissionais que lidam com o apadrinhamento. Há uma confusão de sentimentos quando se quer apadrinhar uma criança. O padrinho não tem claro para si se o que quer é simplesmente apadrinhar, ou se existe, implícito nesta vontade, o interesse pela adoção. Existe ainda a possibilidade do desejo advir durante a relação. Isso pode acontecer tanto por parte da criança como do padrinho. A própria palavra padrinho já nos remete ao lugar da paternidade.

A madrinha Elaine nos conta que sente sua afilhada (a quem deseja adotar) como uma parte de si mesma. O sentimento parece estar intimamente ligado ao sentimento de ser mãe, do filho idealizado (Freud, 1914). O apadrinhamento esbarra na questão maternal e narcísica e, por vezes, nela fica.

Além disto, é fundamental salientar que todas as madrinhas entrevistadas dizem que não alimentam as fantasias da criança acerca de uma possível adoção, mesmo que a desejem. Mas a esperança é um sentimento marcante dessas crianças, não no sentido de carência, mas

de uma vivacidade, uma excitabilidade que é perpassada por fantasias de adoção e de não-adoção.

Durante a fala de que não ilude as crianças com falsas promessas, a madrinha Elaine deixa escapar: “*são crianças muito espertas, percebem tudo no ar*”. Parece-nos que é justamente esse o ponto, que fique no ar, um não-dito implícito na relação que de alguma forma continua e consolida uma troca de afetos e de relações de cuidado recíproco. A esperança da criança em conquistar o afeto do padrinho, de forma com que ele a leve para sua casa, parece mobilizar essa troca de afetos tão valorizada pelos padrinhos.

Se a criança percebe que não há possibilidades de ser adotada pelos padrinhos, estes sentimentos podem se esmaecer ou ficar ainda mais intensos, como vimos no caso clínico de Maria. Ao mesmo tempo em que o afastamento dos padrinhos parece gerar intensa angústia na criança, além de suscitar um período de desilusão em relação a eles, parece-nos que o afastamento é também um disparador de um investimento afetivo intenso, como se o desejo fosse ainda maior de conquistar um lugar que parece tão distante e, por isto, também tão excitante, um lugar idealizado.

Segundo relatos das madrinhas, o posicionamento dos profissionais que lidam com o abandono infantil não foge a dinâmica que acabamos de mencionar.

“Eu achei muito fácil, não vou te mentir. Foi muito fácil, assim. Acho que eles não perguntaram quase nada, perguntaram meu nome, endereço, coisas nesse sentido. Um pedófilo poderia ir lá e pegar ela tranquilamente.” (Lara)

Lara fala sobre a entrevista para apadrinhar uma criança.

“Eu fico pensando até que ponto o foco é a criança, entendeu? É a criança ou é manter a instituição?” (Karla)

Karla questiona a dinâmica do apadrinhamento, se está voltado para benefícios das crianças ou se é mais uma tentativa da instituição de acolhimento de atrair pessoas interessadas em contribuir financeiramente ou assumir responsabilidades para com as crianças, a favor da própria instituição.

Por meio da escuta do discurso das madrinhas, percebemos que algumas, por transparecerem mais segurança para os profissionais da Vara da Infância e Juventude, podem ter livre acesso à instituição de acolhimento e às crianças. Parece-nos que os responsáveis pelas crianças institucionalizadas também alimentam expectativas de adoção através do apadrinhamento. Este pode ser um caminho menos tortuoso. Fazer nascer um desejo que imprima significados profundos o suficiente para que a casa dos padrinhos se torne um novo abrigo para essas crianças.

Existe algo como uma preocupação desses profissionais em proporcionar um ambiente estável, seguro, familiar, para um bom desenvolvimento físico e emocional das crianças que ali estão, respaldados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Agora, com a nova lei, no menor tempo possível, já que as crianças podem permanecer apenas dois anos em instituições de acolhimento. Dois caminhos são possíveis a partir desta nova determinação: a tentativa de retornar a criança ao vínculo familiar ou a adoção. Assim, as crianças poderão ficar livres do longo processo de espera e indefinição, se esta tentativa se sustentar. Mas, para isto, por certo que a sociedade precisa ser sensibilizada quanto ao seu papel de acolhimento pela adoção tardia, ou seja, quando a criança abrigada tem mais de dois anos de idade.

Elaine, madrinha escolhida pela mãe da criança antes dela ser institucionalizada, quer explicitar, mediante seu discurso, as diferenças do apadrinhamento praticado por ela em

relação às outras madrinhas. Elaine quer mostrar que tem uma responsabilidade maior no cuidado com a criança. Durante a entrevista, ela fala sobre a reação dos profissionais da Vara em referência à sua postura como madrinha:

“Se cada criança tivesse lutado, assim uma madrinha tivesse lutado pra ter o que você o que você empenhou pra que esses meninos tenham que você ainda empenha, é isso que o juiz queria, agora não sente firmeza em uma madrinha, como que vai autorizar todo mundo que chega? Não tem como.”

Essa fala reafirma a postura dos profissionais que lidam com o abandono infantil de oferecer às crianças vínculos alternativos significativos, de modo que tenham alguém que se responsabilize por elas. Porém, quando uma pessoa se candidata à função de padrinho, não se sabe ao certo o seu real envolvimento com a situação, a forma como a relação com a criança institucionalizada vai se dar. O que percebemos é que a relação está entre o ideal e a desilusão.

7.2 - Entre o ideal e a desilusão: um contorno sobre os diversos lares

“Ai madrinha eu nem gosto de ir embora, essa casa é tão boa.”

Elaine reproduz a fala de sua afilhada no momento em que se despedem.

“Quando eu entreguei ele lá, ele ficou num desespero, subiu em cima da cadeira, parece assim, como se fosse a mãe dele de novo que tiraram, sabe (...). Eu acho que o erro foi ter ficado todo esse período com ele e ter dado a esperança de tirar ele de lá.”
(Lara)

“Ela me aperta que quase quebra meus ossos. Não, não, meu amor, aí deixa ela acalmar, porque ela é muito nervosa.” (Mara)

Mara fala sobre o momento em que devolve a criança que apadrinha ao abrigo.

“Porque querendo ou não, por mais que seja um lugar com uma estrutura boa, não é uma casa, não é um lar.” (Lara)

“A gente sabe que tem carência, então ele não quer ficar lá de jeito nenhum.” (Lara)

Lara fala sobre a criança que apadrinhou e a forma como ela enxerga o abrigo desde que passou um mês na casa da madrinha.

“Eles estão dormindo lá no abrigo eu sei que é uma coisa ruim, porque por mais que lá seja organizado e tudo, parece que tem aquela coisa fria, parece que é frio, aí eu falei, gente, mas ele podia ta aqui na minha casa, eu podia ta dando escola, roupinha, limpinha pra ele.” (Karla)

“Aí quando ela acalma, digo, paixãozinha da tia, deixa eu te explicar, a tia tem que trabalhar, meu bem, trabalhar pra gente comprar isso, comprar aquilo. Você fica com a tia V., que a titia vem te buscar. Mas a titia quer que você fique boazinha, não vai morder nas crianças, não vai bater, não vai dar birra, vai papar tudo direitinho, aí a titia vem buscar você. Não ta certo assim? Aí eu chamei a tia e falei isso na frente da tia. Aí ela ficou bem.” (Mara)

“Minha relação com ele é bem menos intensa que era antes.”

A madrinha Lara fala sobre sua relação com a criança no decorrer do tempo.

“Essas crianças tem um passado bem comprometedor.” (Mara)

Sabemos que as crianças são visitadas e visitam as casas de seus padrinhos. Conhecem o que está colocado como sendo um lar, que é exaltado como tal, como a casa ideal no discurso institucional, que envolve não apenas os órgãos que lidam com as crianças institucionalizadas, mas também as pessoas que se envolvem direta ou indiretamente com elas, como os padrinhos.

Muitas dessas crianças, segundo relatos dos próprios padrinhos, voltam dessas casas revoltados com a condição em que se encontram, isto é, abrigados. Afinal, deixam para trás, contra a vontade, “o tão sonhado lar”. Para que não haja tantos problemas decorrentes desses retornos, a instituição, assim, diminui o tempo de permanência dessas crianças com os padrinhos.

A volta pra casa não deixa de ser uma devolução. Os padrinhos pegam as crianças e depois devolvem. As crianças se sentem frustradas e culpadas por não terem sido “boazinhas” o suficiente para que os padrinhos não as devolvessem. Eles também se mobilizam com essas vivências, como podemos perceber nos fragmentos explicitados. Mas os desdobramentos emocionais dessa devolução interessam não apenas à atitude dos padrinhos de levarem as crianças de volta a suas casas, mas de todo o campo institucional que comunga dessas medidas.

A partir daí, as crianças se fazem seduzir para permanecerem nesse lar ideal. Um lar que é idealizado não apenas pela criança, mas também pelos padrinhos, e que se refere não só a um ambiente físico, mas principalmente à relação. A idealização é fonte de uma mesma tentativa de suprir as fendas herdadas do narcisismo perdido da infância (Chasseguet-Smirgel, 1992).

Chasseguet-Smirgel (1992) destacou a presença da atitude de sedução da mãe em relação à criança na etiologia das perversões. A sedução na relação entre as crianças abrigadas e as madrinhas é uma questão que nos desperta a atenção. Tanto a madrinha como a criança precisam seduzir-se mutuamente. A madrinha precisa seduzir a criança, para que ela a

reconheça como boa mãe, boa pessoa, exaltada e amada, enquanto que a criança se faz seduzir pela madrinha para que ela a deseje, a ame, a exalte e a adote.

Cria-se uma relação cujo fundamento perverso ancora-se na sedução como mecanismo usado para preservar a ilusão de onipotência perante a figura do outro, e para evitar o sofrimento de se entrar em contato com as lacunas psíquicas de cada uma das partes. Ser mãe, mesmo que por alguns instantes na figura de madrinha, pode permitir, simbolicamente, que esta entre em contato com o estado de fusão primitiva com a mãe, considerando os estudos de Chasseguet-Smirgel (1992) sobre a maternidade.

Assim, os padrinhos idealizam a criança e quem sabe o fato de adotá-la, fará com que eles entrem em contato com o real, a história de sofrimento, as feridas da alma. Um lugar idealizado, cortejado, que, se for realizado, acabará, tal como para a criança enquanto sujeito desejante, que não quer ser silenciado em suas fantasias ideais. Alguns padrinhos falam do temor que sentem em relação ao passado dessas crianças, de que elas carreguem em sua carga genética psicopatologias herdadas dos pais biológicos. O que não deixa de ser um mito, se levarmos em conta que nós mesmos desconhecemos a maior parte de nossas heranças genéticas.

As crianças querem conquistar o afeto desses padrinhos, querem encontrar um lugar no coração dessas pessoas que se dispõem a olhar para elas. Mas que lugar é este? Elas crescem ouvindo que o lugar não é a casa de onde vieram, o lugar não é o abrigo, pois este tem caráter provisório, e nem é a casa dos padrinhos, porque, se assim fosse, elas já poderiam ter sido adotadas, e não apenas apadrinhadas. Fica difícil pensar esse lugar que não seja por sua condição de intensa idealização. Mas percebe-se que há uma busca por ele, busca

parcialmente suprida pelo olhar deste padrinho que produz visitas. Visitas que trazem em seu bojo a condensação do sentimento de fracasso.

A casa dos padrinhos nos parece o lugar do passeio, marcado pelo tempo do prazer, e o abrigo vai se constituindo como o lugar inabitável no movimento da criança de ir e vir. Um lugar que, a princípio, foi colocado como um lugar de acolhimento, de cuidado, e até mesmo de salvação perante o abandono, maus-tratos, fome e miséria vivenciados por essas crianças. Mas, a partir do momento em que estas crianças conhecem o tão sonhado lar, alimentado diariamente no seu imaginário na situação de abrigamento, a instituição se torna um lugar ruim para se viver. Cria-se, diariamente, um ideal de família, de casa, de lar. Um ideal que é construído por todos que tentam dar conta da realidade do abrigamento, um ideal que se legitima à medida que se repete. E se repete justamente porque alivia nossos sentimentos de insuficiência diante da complexidade que aí se inscreve.

Interessante pensar que todos os padrinhos entrevistados falaram da experiência de levar as crianças para suas casas no Natal. Decerto que esse seria um período propício para aliviar a culpa de não ter feito algo por elas durante o ano que passou. O Natal é uma data festiva de comemoração em que sentimentos como a bondade, o amor ao próximo, a solidariedade, a confraternização e a doação são exaltados, valorizados perante a sociedade.

Assim, a criança é levada pelo padrinho para sua casa, ganha presentes, faz passeios pela cidade, mas existe uma lacuna nesta relação. É como se tivessem estabelecido um pacto de silêncio acerca da história da criança, da dor, do sofrimento desta em suas vivências de abandono. Sonhos de uma adoção são alimentados, muitas vezes, por ambas as partes, mas são sonhos pouco pensados, não simbolizados, e que, na grande maioria das vezes, não se

concretizam. Cria-se uma expectativa que, em seguida, é frustrada, diariamente, a cada uma das visitas. Quando as dificuldades aparecem, os padrinhos faltam, interrompem as visitas, possibilitando uma revivência de abandonos.

Chasseguet-Smirgel (1992) ressalta que a esperança remete ao princípio de realidade, de adiamento, inscrição temporal. Pelo princípio do prazer, não haveria espera, a satisfação deveria vir imediatamente (Freud, 1924). Daí a compreensão de um discurso comum de que a criança institucionalizada tem sempre esperanças de ser adotada. É o princípio da realidade sobrepujando o princípio do prazer. Durante essa espera pela adoção, a esperança é um importante recurso que a criança desenvolve. Só que a espera tem condições para chegar ao fim. Podemos pensar, então, em um amor condicional.

7.3 - Um amor condicional – a parcialidade presente no vínculo entre padrinho e criança-institucionalizada

“Tem muita gente que pega essas crianças no Natal e depois não tem a continuação, não tem essa obrigatoriedade não.” (Karla)

“Não todo, não é um compromisso com todos finais de semana não. Elas mesmo sabem disso. Busco o dia que dá certo.” (Mara)

A trajetória de cada uma das madrinhas em relação ao apadrinhamento mostra-nos que são funções que propõem uma relação parcial e condicional. O ser madrinha, ainda que imbricado de questões maternas, é uma forma de ocupar um lugar no outro, sem que isto tenha que, necessariamente, se dar de forma constante e duradoura. É como se possibilitasse um se dar, mas não todo, oferecer, mas não tudo.

Durante as entrevistas, ficou claro que o apadrinhamento não tem obrigatoriedade no que diz respeito a ações, cuidado com a criança, tempo de dedicação. Os padrinhos contam que passam com as crianças o tempo que puderem e quiserem. Além disto, podem deixar de ser padrinhos a qualquer momento.

Pensando o sentido da palavra apadrinhar, considerando que ela não foi empregada e incorporada ao acaso, começo a pensar o outro lado, o das diferenças com a palavra padrinho, de cunho religioso. A palavra aponta para um lugar que, a princípio, é dito como ininterrupto, ou seja, para toda a vida. Espera-se, culturalmente, que um padrinho o seja assim por toda a vida da criança, e que a assuma na falta de pai e mãe. As entrevistas mostram que não é o mesmo lugar do apadrinhamento, um lugar que pode deixar de existir pela vontade da pessoa que apadrinou, a qualquer momento. Como falamos da não existência do acaso, parece que a própria palavra, se for desmembrada, a-padrinhar, está negando aquilo que está implícito, não ser padrinho, não ser substituto de pai e/ou mãe.

Pensando bem, os padrinhos de hoje, os que elegemos para os nossos filhos, são muito mais figuras representativas que oferecem presentes nas datas importantes, que propriamente pessoas que, se faltarmos, ocuparão as funções de pai e mãe substitutos, salvo as exceções. Esta menção é importante, uma vez que nos alerta para que não idealizemos também a figura dos padrinhos escolhidos pelos pais.

Quanto às condições presentes nessas relações, esbarramo-nos com o “se”. A madrinha Elaine fala do desejo de adotar sua afilhada e que ele poderia ser concretizado, se não tivesse que adotar também sua irmã. Segundo os relatos de Elaine, a irmã é mais “*superficial*” e, por

estar na nova lei que os irmãos não podem se separar, acha difícil conseguir adotar apenas a sua afilhada.

A maneira como Elaine se refere à irmã de sua afilhada merece atenção. O que parece mobilizá-la a querer adotar é o sentimento de ser valorizada, é o olhar da criança suscitando um desejo de ficar com ela, isto parece engrandecê-la. Ela justifica sua preferência pela criança menor, dizendo que a outra sofreu violência por mais tempo e que, por isso, traz marcas mais profundas, que cria máscaras e que age por interesses, enquanto a mais nova é mais amorosa. Tais falas reafirmam a possibilidade de a madrinha de se sentir valorizada, amada, querida, retribuída de seu afeto, significados que permeiam a prática do apadrinhamento.

A madrinha Mara mencionou que também vai ajudar uma criança: *“Eu, to assumindo a responsabilidade de uma criança da qual eu vou conduzi-la agora ela ta com quatro ano e meio até enquanto eu puder, ne. Enquanto eu tiver vida. Não é enquanto eu puder não, enquanto eu tiver vida”*. Mara quer nos mostrar o seu empenho não apenas em chamar pessoas para ajudar as crianças institucionalizadas, mas também a sua própria doação. A princípio, anuncia que fará isto enquanto puder, mas logo corrige suas palavras, dizendo que será enquanto tiver vida. Enquanto puder significa que pode ter fim a qualquer momento, por isso, ela corrige, para engrandecer ainda mais o seu sentimento de compaixão para com os abrigados. Ela nega neste e em outros momentos sua própria condição de desamparo e de faltosa, e se é por toda a vida a ajuda, é como se fosse onipotente e plena o bastante para fazer sempre, até o seu último dia de vida. Assim, vão se delineando discursos sobre se fazer o bem.

7.4 - O discurso sobre o bem: a onipotência revestida de bondade e a mercantilização das relações

“Como eu vou falar não para alguém que ta me oferecendo uma criança de afilhada?”
(Mara)

O discurso de se fazer o bem também está presente de forma marcante em todos os casos analisados. As madrinhas discursam sobre o que podem oferecer às crianças, no seguinte sentido: “Eu tenho o que lhe falta”. Todavia percebemos que o discurso de bondade está voltado para o próprio eu de cada uma das madrinhas. Fazer o bem para essas crianças é uma forma de tentarem preencher suas próprias lacunas, assim como as crianças se esforçam para preencher os seus vazios oferecendo-se aos padrinhos como um objeto de desejo.

Cada uma a sua maneira, as madrinhas atravessam momentos na vida em que algo faltou, seja no casamento, seja na convivência com os filhos. Suas próprias carências são pontos de partida para se tentar tamponar o que lhes falta, apadrinhando crianças. Percebemos um sentimento de valorização perante o retorno afetivo do carinho que as crianças oferecem aos padrinhos. Como Birman (2006) destacou, a subjetividade humana está entre o desamparo e a onipotência. O sentimento de onipotência parece mascarar a condição de desamparo dos padrinhos. Ao oferecer tudo o que podem, sentem que estão praticando o bem, e ainda diminuem a sensação de desamparo perante a retribuição afetiva das crianças.

A solidariedade vem como uma forma honrosa de revestir o narcisismo dos padrinhos, a serviço da onipotência que tanto buscam recuperar na forma de ideal de ego, como afirmara Freud (1914). A madrinha Mara conta como convoca outras pessoas a fazer o bem para as

crianças institucionalizadas. Esta convocação faz com que ela se sinta uma pessoa bondosa, reconhecida e responsável pela benignidade dos outros.

Elaine expõe que entende que madrinha é como segunda mãe. A sua fala é de não desprezar nem a criança que foi levada à sua porta e nem a irmã que está com ela na instituição. Não assumir o cargo de madrinha que lhe foi atribuído e não levar a irmã, caso fosse adotar a outra, é uma atitude de desprezo, difícil de suportar perante seus valores de bondade e caridade. Diante desse impasse, Elaine procura levar também a irmã para passear em sua casa algumas vezes, dizendo a ela que gosta das duas e que quer o bem de ambas, tentando, dessa forma, camuflar sua preferência pela afilhada.

As outras madrinhas entrevistadas assumem posições semelhantes à que acabamos de discorrer. Lara conta que, mesmo tendo decidido não mais adotar, continuará sendo madrinha da criança. Karla fala da facilidade em agradar a criança, e Mara, de como pode oferecer coisas à criança que ela não pode ter, sem a ajuda de outras pessoas. Os sentimentos que fazem prevalecer nessas relações são a pena, a compaixão e o engrandecimento do eu perante a falta que marca o outro.

Karla e Mara falam das experiências na instituição de acolhimento com estagiárias de um curso de psicologia que foram prestar assistência psicológica às crianças, mas que, depois, não voltaram mais. Falam desse lugar de visita, de quem vai, chega, olha, mas não fica. O mesmo lugar experimentado pelos padrinhos, mas que eles próprios não conseguem compreender, por terem sido engolfados por essa complexa dinâmica sobre a qual nos debruçamos a pensar.

Estamos falando, o tempo todo, de uma questão complexa que é o imaginário social, construído e legitimado na vida em sociedade. Com a permissão social, a culpa vai se (a)pagando. Kehl (2002) vai esclarecer a necessidade constitutiva de se abrir mão do gozo infinito para fazer parte de um meio que impõe condutas, formas bem vistas de ser e agir, ou seja, para adentrar o convívio social. Ao mesmo tempo, a autora discute a recusa em abrir mão desse gozo, em que entra a questão da permissividade social. “O imperativo de renúncia ao gozo vai perdendo sustentação na cultura” (Kehl, 2002, p. 14). O padrinho pode pegar, devolver, quando der, quando quiser. Isto o faz sentir onipotente.

Percebemos, nessa complexa lógica do apadrinhamento, que os padrinhos veem nas crianças a possibilidade de realizar, mesmo que de maneira inconsciente, os seus desejos recalçados. Desejos de amar e ser amado, como Freud (1914) nos alertou, de cuidar e de ser cuidado, de exaltar e ser exaltado, desejos idealizados, e que, por isso, correm o risco de não serem levados adiante, portanto, de serem frustrados para ambas as partes, gerando um sofrimento psíquico intenso para os envolvidos nesse processo.

O vínculo entre padrinho e criança institucionalizada parece apontar para um funcionamento perverso, em que o outro, desconsiderado em sua dimensão de sujeito desejante, é usado para satisfazer necessidades pulsionais (Chasseguet-Smirgel, 1992).

O fato é que o apadrinhamento é mais uma tentativa de dar conta de um problema antes de tudo social, o abandono infantil. A complexidade está também em se sustentá-lo, tal como a adoção. A fala da madrinha abaixo escancara como a relação entre padrinho e criança institucionalizada é mercantilizada.

“Ele é uma criança bonitinha, querendo ou não a gente sabe que isso acontece né, de querer, é igual uma mercadoria mesmo, né, a mais bonita, que não vem com defeito, e ele é bonito, é inteligente.” (Karla)

É fato que os profissionais que lidam com essa complexidade não têm como prever como serão as relações entre padrinhos e crianças institucionalizadas. O discurso é sempre de se fazer o bem. Mas é preciso estar atento à natureza dos laços afetivos que se constituem neste campo, que podem ser amorosos ou perversos.

As madrinhas falam muito sobre suas preocupações com as crianças da instituição. Algumas ponderam que as crianças precisam de atendimento psicológico individual e dizem que muitas pessoas querem pagar por isso. Mara fala sobre essa disponibilidade das pessoas de quererem ajudar. A “missão piolho”, por exemplo, é uma ação de pessoas que se dispõem a fazer algo pelas crianças, nesse caso, combater os piolhos das crianças.

Sobre essa disponibilidade, Elaine relata um episódio, em que uma amiga sua foi levar uma criança do abrigo ao dentista e que, depois, a procurou para saber o que fazer diante do pedido da criança, que queria ser adotada por ela. A madrinha conta que sua amiga não tem filhos e que respondeu à criança que não iria adotá-la porque seu marido não quer e porque optaram por não ter filhos. Então, a criança lhe pediu que fosse sua madrinha. A amiga perguntou se ela já não tinha madrinha e a criança respondeu que sim. Mesmo assim, aceitou o pedido da criança. Essa contou à nova madrinha que seria seu aniversário e perguntou se ela lhe daria um presente, queria um celular. Ela disse que não, que não teria como manter um celular. A criança pediu uma festa de aniversário, e a amiga respondeu que não sabia se poderia, que não tinha autorização para tirá-la do abrigo. A criança pediu que sua festa fosse

no Praia Clube ou no Shopping. Ela respondeu à criança que não podia lhe prometer nada, mas que elas conversariam. A criança explicou que não queria convidar ninguém da instituição. A amiga ficou preocupada com essa fala. Perguntou se deveria dar o celular, que ficou com dó da criança.

Dentro dessa fala, percebemos como as crianças são visitadas a todo momento por uma realidade distante e, ao mesmo tempo, próxima, a poucos minutos, no Praia Clube, no Center Shopping ou, a algumas horas, na Disney. Esta dinâmica nos aponta para outra questão fundamental, intimamente entrelaçada com a prática do apadrinhamento: o processo de mercantilização das relações estabelecidas entre padrinhos e afilhados. Existe uma relação de complementaridade e retroalimentação entre famílias abandonadas socialmente a serem assistidas por uma suposta filantropia de famílias abastadas, de padrinhos bem intencionados.

Nessa condição, as crianças podem ocupar uma posição de submissão (Birman, 2006), em que o outro pode dar não só o que lhe falta, mas tudo o que se deseja. Isto pode acorrentá-la a uma relação ideal. Ficam, pois, aprisionadas em um gozo que nunca se concretiza. A relação fica marcada pelos objetos que o padrinho pode oferecer ou que a criança pode alcançar. Além disso, os padrinhos se envolvem em promessas que se estendem a tirar das crianças tudo o que elas têm de ruim, como os piolhos. Acontece que o que elas têm de ruim as torna humanas, e, portanto, tirá-las seria como tirar parte da vivacidade delas. Assim elas passam de sujeitos de uma condição social desfavorecida e desamparada a dignas de piedade. Uma posição que limita o desenvolvimento emocional de cada uma delas.

7.5 - De sujeitos a “dignas de dó”: uma posição aprisionadora

“(...) eles não têm seus brinquedos, não têm sua particularidade, é, eles não têm a sua talvez até um pouco da sua identidade (...)” (Mara)

A madrinha Mara realiza um trabalho na instituição de acolhimento que ela mesma denomina como assistencial. Conta que percebeu a falta de leite e começou a fazer algumas campanhas. Fez seu aniversário no espaço da instituição e arrecadou cerca de seiscentos litros de leite. Mara nos relata que, cada vez mais, as pessoas vão aderindo às campanhas, ao passo que são explicadas a elas as razões da prática, de se atender às necessidades dessa parcela da população “*tão carente*” que vive em abrigos. A madrinha também arrecada fraldas e, uma vez por mês, realiza um almoço beneficente na instituição. Em suas exposições, ela enfatiza sua preocupação em mostrar para as pessoas que são todos responsáveis pelas crianças que estão abrigadas. A madrinha nos aponta questões que estão em voga na atualidade: o assistencialismo, na forma de voluntariado, e o compromisso social.

Mas, para além do assistencialismo e do compromisso social, está o envolvimento afetivo levantado pela madrinha no decorrer da entrevista. Ela fala não apenas sobre a doação de suprimentos para a instituição, mas também das vivências que essas pessoas precisam ter com as crianças institucionalizadas. Ela convida as pessoas a visitar as crianças. “*que eles vão até lá, que eles vivenciem, é... eles tenham a experiência de ter um contato com a criança, de chegar lá e uma criança tá carente, jogar nas pernas dele e ele passar o dia inteiro com essa criança no colo, brincando...*” A madrinha convoca a comunidade a partilhar deste seu sentimento de compaixão pelas carências das crianças institucionalizadas.

Uma frase dessa madrinha nos revela um pouco sobre a lógica que permeia as relações entre os padrinhos e as crianças institucionalizadas: “*o mínimo que nós tamos fazendo é ta*

levando um sorriso para essas crianças.” Trata-se de levar à instituição algo que lhe falta, tentar preencher as lacunas que, supostamente, existem ali, lacunas da pobreza, da carência afetiva, do futuro incerto. Por outro lado, oferecer mantimentos, tempo, sorrisos, ensinar a cuidar de uma horta, a produzir os seus próprios alimentos, pode se configurar como uma forma de apaziguar o desconforto das pessoas que detêm todas essas coisas.

Nesse sentido, Mara menciona que quem ganha infinitamente mais são as pessoas que se dispõem a ajudar. Esta era uma das hipóteses deste trabalho, pensar se os benefícios não estavam de fato muito mais voltados a quem apadrinha que às próprias crianças. A madrinha discorre um pouco sobre o que chama de ganhos:

“Eles nos transmite muita aceitação, eles têm uma vida, é, de comunidade, a gente percebe, vê que é uma vida é muito carente, defasada de muitas coisas, eles não tem seus brinquedos, não tem sua particularidade, é, eles não tem a sua talvez até um pouco da sua identidade né, então, quando a gente vai, nós levamos os nossos filhos pra assistir, pra ver isso, e a gente volta pra casa todo transtornado, aí a gente sabe dar valor ao que tem, e parar de reclamar de qualquer coisa, né?”

Essa fala escancara os sentidos que advêm da prática do apadrinhamento. Todas as faltas vistas nas crianças são uma forma de se convencer daquilo que não se é e, assim, quem sabe, valorizar aquilo que se realmente é ou que se tem. A falta, o buraco, as lacunas, estão no outro abrigado e não em nós mesmos. A dimensão de que o outro é um ser faltante pode reparar o sentimento pessoal de falta, que remete à falha, à impotência, à nossa condição existencial de dependência. O engrandecimento do eu a custa do outro, proposto por Birman (2006), revela-nos um pouco da lógica do apadrinhamento.

Mara nos conta uma das conversas que tem com seus filhos:

“(...) meu tênis não serve, que eu só tenho uma calça. No entanto, um lá tá esperando o seu tênis se você não quiser pra ele começar a usar que ele vai tá lindo maravilhoso, ou da sua calça, ele vai esperar você usar, não servir, você não querer ela mais pra ela começar a usar.”

Isto soa, pois, como uma fantasia narcísica de onipotência que nos acomete, quando mergulhamos no campo institucional que exalta a proteção à infância desvalida. A criança se apossa desse lugar de “faltas” a que foi submetida e, a partir dele, poderá se fazer seduzir para permanecer nele. Em contrapartida, assumimos o lugar de protetores daqueles que “não têm” e contribuímos para um “congelamento” do amadurecimento.

Assim, vai se delineando um modo de vinculação peculiar entre os padrinhos e as crianças institucionalizadas. Uma possível adoção parece percorrer o campo dessa relação, muitas vezes, por suscitar o encontro de um lugar importante no psiquismo do outro. As crianças cerceiam os padrinhos com seus pedidos, na tentativa de mobilizá-los para que se sintam penalizados ao vê-las com tantas carências. Esse lugar é demarcado pelo discurso do outro sobre os infortúnios vivenciados por elas. As crianças se apossam de um lugar de coitadas, o qual só as limita a amadurecerem emocionalmente. Podem, assim, assumir uma posição passiva perante a vida, daquela que está sempre a esperar que o outro tenha pena e que faça algo para livrá-la de uma condição a que ela, silenciosamente, foi sendo submetida, um lugar digno de dó diante do julgamento piedoso do outro. De sujeitos passam a “dignas de dó”, uma posição aprisionadora que traz consequências limitadoras ao amadurecimento emocional dessas crianças institucionalizadas.

8 - MÃE, MADRASTA E MADRINHA: As três faces maternas em uma história sem fim

A história infantil Cinderela atravessou os limites do tempo. Apesar de termos, hoje, várias versões, sua essência permanece (Corso & Corso, 2006). Trata-se de uma bela e bondosa jovem, que cedo perdera sua mãe e que, por sua vez, tivera seu lugar ocupado por uma mulher com quem seu pai se casa. A madrasta tem duas filhas, que também vêm morar em sua casa. Cinderela é mantida pela madrasta como serviçal e, perante essa realidade, ela se vê impossibilitada de ir ao baile promovido pelo príncipe do reino. Maltrapilha, Cinderela é visitada por uma fada madrinha que prepara um encanto para que ela possa ir ao baile. Assim, seu desejo se concretiza. Ela vai ao baile e desperta o interesse do príncipe, que só tem olhos para ela. Mas, como o encanto tinha hora para se desfazer, Cinderela tem que deixar o palácio imediatamente. Nesse momento, ela perde seu sapatinho de cristal, o qual é, a partir de então, perseguido pelo príncipe que tanto quer encontrar o seu par. A moça em quem coubesse o sapatinho, seria a escolhida para ocupar o lugar de princesa. Novamente em trajes sujos e velhos, Cinderela não se parece como uma possível candidata ao posto. Mas o sapatinho vem ao seu encontro e eles vivem felizes para sempre.

Através da síntese da história de Cinderela, podemos perceber a presença de figuras significativas na vida da bela jovem: sua mãe, madrinha e madrasta. A mãe, tida como bondosa, admirável e frágil. A madrasta má, representante da disputa pelo amor do pai. A fada madrinha, uma lembrança boa de uma infância em que a mãe a completava em um laço de amor (Corso & Corso, 2006).

As figuras significativas que destacamos são, na verdade, três faces maternas, ou seja, a mãe ou substituta carrega consigo o lugar de mãe, madrasta e madrinha ao mesmo tempo (Corso & Corso, 2006). A mãe de Cinderela, que, na maioria das versões, morre antes mesmo de a história começar, é a mãe que perdemos quando nos separamos dela, no tempo chamado, por Winnicott (1975), de desilusão. Nesse momento, o bebê transita entre um estado de fusão com a mãe para outro, em que se relaciona com ela como algo externo e separado dele. No estado de ilusão, a mãe é aquela que completa os filhos, uma vez que eles acreditam que estão de posse dela. Esta mãe é perdida, tanto na história de Cinderela, como na de cada um de nós, enquanto sujeitos de desejo, e, por isso, morre. O que não significa que ela se perdeu em nosso imaginário. É por meio da figura da madrinha que esta imagem de boa mãe poderá ser restituída. Corso & Corso (2006) se referem à madrinha como: “o que decantou do antigo amor dos pais, agora morto, desencarnado (...)” (p. 111). A madrasta vem para coroar uma relação mãe-filha em que o pai aparece superposto à importância do bebê (Corso & Corso, 2006).

O olhar do príncipe para a Cinderela nos remete ao olhar da mãe para seu bebê em estado de ilusão, e o dom da fada madrinha é o de “restituir algo que uma filha já teve, quando era objeto do olhar materno apaixonado de que os pequenos nutrem.” (Corso & Corso, 2006, p.111) Quando a madrinha surge, encontramos a possibilidade de uma reconciliação com a dimensão boa da mãe, identificando-se com os seus bons atributos (Corso & Corso, 2006). É esta figura que preserva o lado bom da mãe da primeira infância. Por ter desejado demasiadamente o seu bebê, essa mãe idealizada ficaria isenta de sentimentos hostis (Corso & Corso, 2006), de onde advém a importância da função de madrasta, a quem a criança pode

dirigir toda a sua agressividade, que, na verdade, é a mesma mãe, só que tomada por um lugar que frustra e não apenas sacia. É fundamental pensarmos que a mãe que sustenta é a mesma mãe que pune e a mesma que encanta. Daí as respectivas faces maternas de mãe, madrasta e madrinha.

A história de Cinderela, ao enfatizar a criança órfã de mãe e pouco amada pelo pai, remete-nos ao lugar que ocupam as crianças institucionalizadas, uma posição de preteridas por suas famílias de origem. A empatia pela história é despertada pelas características ressaltadas na figura de Cinderela, assim como no caso das crianças institucionalizadas, que nos aproxima da rivalidade entre pais e filhos, em que estes, por vezes, se sentem injustiçados, exigidos, assim como pouco amados pelos pais (Corso & Corso, 2006). Além disso, a exposição dessa rivalidade desmistifica a intensa idealização do amor materno, mostrando suas ambiguidades (Corso & Corso, 2006).

As faces maternas encarnadas na figura de mãe, madrasta e madrinha, também nos leva a um lugar onde a prática do apadrinhamento deixa suas marcas. As madrinhas a quem tanto nos referimos neste estudo se compõem desses vários elementos maternos. Primeiramente, enquanto mulheres que buscam, na condição de “amadrinhamento”, um amparo para dor, perdas e solidão, como que tomadas pela condição de filhas. Cada uma com suas vivências particulares, as madrinhas se apossam desse lugar de fragilidade, de dependência e necessidade de amparo, que encontram na figura das crianças um “porto seguro”, com todas suas disposições iniciais em oferecer amor e carinho àquelas que tanto precisam delas. No lugar de filhas, as madrinhas sofrem de um desamparo, também sentido

pelas crianças da instituição, afastadas do amor primeiro, nutrido pela mãe perfeita e boa, muitas vezes, presente apenas no imaginário, mas perdida na infância.

Encarnadas na posição de madrinhas de crianças institucionalizadas, deparamo-nos com uma figura maternal, bondosa, que se encanta e encanta a criança abrigada, como a fada madrinha de Cinderela. A madrinha eleva a criança a um lugar de importância, de majestade, despertando nela a ilusão pela onipotência perdida nos primórdios, e vice-versa, como quando Maria dormiu na cama de sua madrinha. Apresenta-se, pois, uma relação dual, que nos remete a atitude de devoção materna no início da vida psíquica. Assim, a madrinha também se sente completa e majestosa, como na primeiríssima relação mãe-bebê. Mas o corte feito pela figura paterna irá barrar este envolvimento ideal (Jerusalinsky, 2005), levando o olhar da madrinha para outras direções. Só assim a criança irá amadurecer, pois se permanecer nesse vínculo simbiótico estará acorrentada e fadada a se perder. A figura paterna, como já dissemos, não precisa ser um pai ou homem que interrompa esse estado de ilusão. Pode ser a própria madrinha a se desviar para outros lugares que apontarão para a realidade, desmistificando a “santidade” exaltada nos discursos sobre o amor materno. Nesse momento, a criança se sente frustrada, abandonada, mas, para sempre, desejosa de reencontrar o “paraíso perdido”. Isso se tudo correr bem, pois a relação entre a criança e a madrinha pode se findar em um acorrentamento de fundo perverso, em que uma seduz a outra para permanecer neste lugar idealizado.

Quando o estágio de idealização se rompe, temos algo como a madrasta, figura que enxerga a criança como ela realmente é, e não em uma condição idealizada, assim como a criança abrigada percebe a madrinha como uma madrasta. A madrasta é aquela face da

madrinha que frustra, quando não busca a criança para passear todo fim de semana, aquela que pune, quando a criança faz “xixi” na cama ou não faz os deveres de casa. É a mesma mãe nossa de cada dia, mas sob vestes de maldade, descaso, desatenção, ante a figura frágil da criança. A madrasta representa, também, a maldade da vida que se avizinha pela instituição fria, que visa aos seus interesses como mantenedora de condições físicas e materiais para as crianças.

Há ainda a desconfiança na genética que atormenta o pensamento das madrinhas, que fantasiam sobre uma possível adoção de suas afilhadas. Estas, na face de madrastas, denunciam as imperfeições das crianças e se atemorizam com a possibilidade de que elas carreguem, em sua carga genética, psicopatologias graves como transtornos de conduta, ou mesmo que elas queiram procurar pelos pais biológicos no futuro, devido à ideia da preponderância do laço sanguíneo, perante o laço simbólico possivelmente construído na relação com os padrinhos que adotam.

Ao mesmo tempo em que frustra, a madrinha encarna novamente a função de fada madrinha, que, por seu afeto, faz a criança reviver a ilusão de completude, uma vez experimentada, preservando os aspectos bons da mãe perdida, que jamais se reencarnará, mas não nos deixará esquecer que há algum alento, confiança e repouso nessa relação.

Podemos perceber que a figura de destaque neste estudo é a madrinha. O padrinho fica como o pai de Cinderela, pouco falado, pouco realçado, como nos deparamos nos dias de hoje, quando nos perguntamos: Mas onde está o pai? O pai de Cinderela não aparece para protegê-la em momento algum da história. Apresenta-se apenas como um servo das vontades da madrasta, indiferente ao fato de sua filha ser tratada como escrava. Isto nos leva a pensar na

função paterna nos dias de hoje, como a função do pai, soberano, detentor da palavra e protetor aparece nas vestes de padrinhos que tampouco se fazem presentes, que se implicam muito menos nas relações com as crianças abrigadas que as madrinhas, o que merece um outro estudo.

É importante considerarmos que os papéis de mãe, madrasta e madrinha não são fixos, nem precisam estabelecer uma ordem para se dar. Eles vão e vem, tal como na relação ambígua da criança abrigada com seus padrinhos. Enfim, recorrer à história de Cinderela foi como ser interrompido de forma inesperada, no meio de um caminho. Mas foi uma feliz interrupção, que nos permitiu enxergar a madrinha em seu todo, porque o risco que corremos é de reduzi-la à condição de madrasta má e de ignorarmos toda importância de seu envolvimento com a criança no processo de seu amadurecimento psíquico, mesmo que cercado de limitações no que diz respeito a uma real sustentação de um laço simbólico entre as madrinhas e as crianças.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do caso clínico de uma criança apadrinhada e das entrevistas com madrinhas possibilitou-nos pensar sobre os mecanismos psíquicos envolvidos no processo de apadrinhamento. Dentre eles, havemos de destacar o lugar da criança como depositária de aspectos conflitivos dos padrinhos. Os padrinhos projetam nas crianças aspectos dos quais querem escapar, em função da angústia que despertam neles. Aspectos como a necessidade de ser amado e exaltado, mascarados pela condição bondosa à espera de ser olhado e tomado em consideração pelo outro, e a busca pela felicidade, em que o outro é usado como um meio para alcançá-la, na ilusão de que irá preencher tudo aquilo que lhe falta. Por estas razões, o outro é colocado na posição de abandonado, aquele que não tem, em que é instaurada a falta, enquanto o padrinho aparece como a figura que pode salvar a criança dos infortúnios, desconsiderando o seu próprio desamparo. Na realidade, o padrinho quer ser salvo, quer ser também apadrinhado pela criança. Em contrapartida, a criança se faz depositária de todos estes aspectos, colocando-se em um papel de vítima, que precisará sempre do outro para preencher suas próprias lacunas. Esta relação se faz coroar em um aprisionamento vincular de angústias impensáveis e indizíveis, que se ancoram no tempo, demarcando desatinos, frustrações e dor. O desalento vem para nomear estas angústias impensáveis, em que a relação com o outro só faz aumentar a falta, sucumbindo a alteridade.

Pudemos refletir sobre questões fundamentais da existência humana, como o narcisismo, o desamparo e seus desdobramentos em forma de masoquismo, perversão, onipotência, manifestações do psiquismo do sujeito em busca de ser amado, cuidado e

valorizado pelo outro (Freud, 1914). Por vezes, esbarrando nos interditos do superego, valendo-se do que for preciso para fazer do outro submisso ao gozo, despertado em uma relação idealizada, como a das madrinhas e crianças em situação de acolhimento institucional. A grande preocupação que levantamos ao longo deste estudo é a sustentabilidade dessa relação. Trata-se de uma questão que não pode ser simplesmente respondida. Precisa ser percorrida por todos aqueles que se interessam pela dinâmica que circunda o campo de acolhimento à infância. Temos um longo caminho pela frente, no que diz respeito a compreensões e mobilizações que favoreçam ao máximo o desenvolvimento infantil saudável de crianças em situação de acolhimento institucional.

Pensar as relações que se dão em um campo institucional, atravessado por linhas interrompidas, leva-nos a visitar lugares de angústia, de desamparo, de acusação, de isenção e de salvação. Somos tomados por manifestações psíquicas de onipotência, pois cada um que se debruça sobre essa realidade da infância abrigada percebe-se responsável por mudar um contexto de tamanha complexidade, atravessado por inúmeras forças de poder. O que esperamos é que sejam apenas visitas, que não criemos moradia nesses lugares, ora confortáveis, ora tão obscuros, que possamos transitar por eles extraindo reflexões que nos sirvam de suporte para compreender, e então atuar no sentido de promover mudanças que beneficiem a lógica institucional vigente. Para isto, havemos de nos descolar dos pré-conceitos aí estabelecidos e legitimados que nos convidam a um posicionamento moral em relação à prática do apadrinhamento, marcado pelo questionamento acerca da malignidade ou benignidade das pessoas que apadrinham crianças. Como vimos na discussão sobre as três faces maternas (Corso & Corso, 2006), as madrinhas não são boas ou más, são figuras que se

misturam e se refazem a todo o momento, ora sob a face da mãe saudosa, ora da madrinha ideal, ora como a madrasta castradora. Uma perpassa a outra, caracterizando a ambiguidade marcante nas relações do apadrinhamento. Cada uma tem sua função essencial ao desenvolvimento psíquico infantil. O risco é a fixação em uma relação idealizada, acorrentando os personagens dessa trama em uma busca incessante por um gozo que, por jamais poder ser pleno, poderá também nunca chegar ao fim.

Diante de tal complexidade, podemos perceber a importância de estarmos imersos na busca pela compreensão da prática do apadrinhamento, já que a significação desta realidade pode permitir que as instituições responsáveis pelo apadrinhamento não sejam tomadas por uma visão limitadora e confusa acerca dos papéis das pessoas que se interessam por atender às necessidades das crianças abrigadas, clarificando e desmistificando o processo em benefício de todos os envolvidos nele.

O caminhar pela pesquisa é como percorrer as três faces do materno. Passamos, inicialmente, por um lugar de idealização do objeto de pesquisa, em que o tomamos como conhecido, certo, tangível. Logo nos deparamos com o lugar do impossível, de onde advêm frustrações, medos, inseguranças, decorrentes da perda do lugar ideal, ao perceber que nada tem de conhecido, certo e tangível. É, certamente, ambíguo, confuso, funcionando, por vezes, como uma neblina que nos impede de ver adiante. E como é difícil aceitar esse lugar. Mas a perseverança, movida pelo desejo pelo conhecimento de algo que já não se faz a menor ideia do que será, nos leva a um novo lugar. O lugar do tolerável, do possível. É diante das possibilidades que um atalho se faz presente. Já não estamos perdidos como antes. Parece que encontramos alguma coisa. Sentimos que é uma coisa nossa e, talvez por isso, seja tão difícil

chegar ao fim. Mas o que seria do conhecimento se não pudesse ser compartilhado? O que seria de nós sem o olhar do outro? Percebo agora que este trabalho não chegou ao fim, é apenas o começo, que assim seja. Levemos adiante este estudo, que ele possa amparar todos aqueles que lidam com um fenômeno tão ardiloso como este e que faça emergir novos desejos, pois são eles a fonte de todo conhecimento.

10 - REFERÊNCIAS

Araújo, C. A. S. (2007). *Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott*. Tese de doutorado, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Birman, J. (1993). O objeto teórico da Psicanálise e a pesquisa psicanalítica. Em: *Ensaio de Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 12-24.

Birman, J. (2006). *Arquivos do Mal-Estar e da Resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Boing, E.; Crepaldi, M. A. (2004, Dez.). Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 21, nº 3, p. 211-226. Disponível em: www.scielo.br (Último acesso em: 07 Ago. 2007).

Boukobza, C. (2002). O desamparo parental perante a chegada do bebê (p.15-26). Em: Bernardino, L.M.F., Rohenkohl, C.M.F (Orgs.). *O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bolwby, J. (1988). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.

Bolwby, J. (1990). *Formação e rompimento dos vínculos afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.

Cabas, A. G. (1982). *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. São Paulo: Moraes.

Chasseguet-Smirgel, J. (1992). *O ideal do ego*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Corso, D. L. & Corso, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.

Fernandes, L. R. (2000). *O olhar do engano: Autismo e o Outro primordial*. São Paulo: Escuta.

Foucault, M. (1997a). 1981 – 1982: A hermenêutica do sujeito (A. Draer, Trad.). Em M. Foucault. *Resumo dos cursos*. (pp. 119-124). Rio de Janeiro: Zahar.

Freud, S. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Em: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. vol XII.

Freud, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. Em: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol XIV.

Freud, S. (1915). Luto e Melancolia. Em: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol XIV.

Freud, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. Em: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago; 1997. vol XIX.

Freud, S. (1929). O mal-estar na civilização. Em: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1929. vol XXI.

Freud, S. (1933). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Conferência XXXIII. Em: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. vol XXI.

Garcia-Roza (2000). *Introdução à Metapsicologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. vol 3.

Guerra, A. M. C. (2001, Jan./Jun). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora* (pp. 85-101), v. IV, n. 1.

Jerusalinsky, J. (2005). *Quem é o Outro do sujeito na primeira infância? Considerações sobre o lugar da família na clínica com bebês*. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Julieta_Jerusalinsky.pdf (Último acesso em: 13/05/2010).

Kamers, M. (2004, Dez.). Do universal da maternagem ao singular da função materna: reflexões acerca da educação primordial. *Pulsional*. (pp. 38-45), ano XVII, n 180.

Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Levinzon, G. K. (1999). *A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica*. São Paulo: Editora Escuta.

Marcilio, M. L. (1998). *A história social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.

Mariano, F. N. & Rosseti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.

Melman, C. (2003). *Novas formas clínicas do início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora.

Neves, A. S. (2009). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.

Oliveira, C. V. (2010). *Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

Pinheiro, T. (2003). *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*. Rio de Janeiro:

Contra Capa.

Safra, G. (1993). O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. Em *Investigação e Psicanálise*. São Paulo: Papyrus.

Schettini Filho, L. (1998). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Editora Bagaço.

Silva, M. E. L. (1993). *Investigação e Psicanálise*. São Paulo: Papyrus.

Silva, S.. (2010, 21 de Março). Famílias estrangeiras lideram adoções. *Jornal Correio de Uberlândia*, p. A3.

Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: Da família sonhada à família possível*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Venâncio, R. P. (1999). *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus.

Winnicott, D. W. (1975), *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Editora Imago.

Winnicott, D. W. (1979). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Winnicott, D. W. (1990). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. Belo Horizonte: Interlivros.

Winnicott, D. W. (1993). *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.

Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Imago.